

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELEN REGINA COSTA

VIOLÊNCIA ESCOLAR: POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS NO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

CURITIBA
2011

HELEN REGINA COSTA

VIOLÊNCIA ESCOLAR: POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS NO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Monografia apresentada como requisito para obtenção do Grau de Especialista, no Curso de Pós-Graduação em Políticas Educacionais: Núcleo de Políticas, Gestão e Financiamento da Educação da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA
2011

Dedico esse trabalho ao meu marido Rogê, que sempre esteve ao meu lado, apoiando, incentivando e pesquisando junto a mim. Aos meus filhos; João Paulo, Luiz Eduardo, Gabriela Regina e Pedro Henrique, que dão um colorido todo especial ao meu viver.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Prof^a Dra. Tais Moura Tavares, pela amizade, paciência e extrema competência no acompanhamento e orientação dessa pesquisa.

Aos professores e professoras do curso de especialização em políticas educacionais, em especial ao prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza, Prof^a Dra. Andréa Barbosa Gouveia e ao prof. Dr. Marcos Alexandre Ferraz, pelas sugestões, apoio e incentivo.

Aos colegas de turma que se mostraram companheiros e solidários nas dificuldades.

“O Homem distingui-se dos homens. Nada se diz de essencial acerca da catedral se apenas falarmos das pedras. Nada se diz de essencial a respeito do Homem se procurarmos defini-lo pelas qualidades humanas... Se a vida não tem preço, nós nos comportamos sempre como se alguma coisa ultrapassasse, em valor, a vida humana... Mas o quê?”

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

As poucas pesquisas que se tem sobre violência escolar são incipientes se comparadas com o tema violência no seu sentido amplo.

Desta forma, a presente pesquisa buscou responder o questionamento quanto à existência de políticas públicas e programas de enfrentamento a violência escolar e sua efetividade no controle e redução dos indicadores de atos de violência nas escolas do município de São José dos Pinhais. Foram analisados os dados do INEP, Prova Brasil/ 2007, contidos nos questionários destinados as escolas e professores do 5ª e 9ª anos do Ensino Fundamental a nível nacional, estadual e municipal, bem como os indices de violência escolar dos principais municípios que compõem a região metropolitana de Curitiba.

Buscou-se ainda conhecer os programas existentes nesse município, através de entrevistas com os profissionais envolvidos no enfrentamento à violência escolar, além das reportagens e outros dados fornecidos pela mídia.

Os dados mostram que há uma boa estrutura de segurança nas escolas, bem como um grande número de programas para o controle da violência. Porém, de forma antagônica, o município apresenta elevados índices de violência escolar. A análise desta distorção pode levar ao questionamento da ausência de vontade política e determinação da efetiva execução. A alternância dos governantes também gera a descontinuidade na implantação e efetivação das políticas e programas de enfrentamento da violência, entretanto, isso não exime a escola e os gestores educacionais, de reconhecer o problema e empreender ações que busquem garantir condições de segurança que permitam o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Se há solução para esse problema, com certeza envolve uma ação conjunta.

Palavras-chave: Educação. Violência. Políticas públicas. São José dos Pinhais(PR).

ABSTRACT

The few existent researches on school violence are yet emerging when compared to those that concentrate upon the violence topic in its entirety. With this in mind, the following research was structured so as to respond about the existence of public policies and government actions aiming at school violence confrontation and its effectiveness in the control and reduction of violence acts committed inside public schools within São José dos Pinhais municipality. INEP (National Institute of Education and Research) data from Prova Brasil/2007, evaluating violence issues with a questioner directed to teachers and students from grades 5 to 9, were analyzed in country, state and municipal levels, as well as school violence indicators from the major municipalities in Curitiba's metropolitan area.

Effort was also made trying to know the existent public policies through interviews with professional agents related to school violence confrontation and other government acts, including additional information conceded by the mass media.

Data show that generally there's a good structure of security in schools, as well as a considerable quantity of public policies concerning the control of violence, although, on the other hand, towns show high indicators for school violence. The analysis of such distortion may lead us to question the absence of politic will and determination on effectively executing those action programmers. The alternance of governments also creates an inconstancy in the implementation and execution of such policies, nonetheless, educational managers and schools are not exempt from recognizing the problem and endeavoring to provide their institutions with conditions of security, granting themselves a friendly environment for the development of the pedagogical work.

If there's a solution for this issue, it certainly relies on joint action.

Keywords: Education. Violence. Public policies. São José dos Pinhais (PR).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – ESTRUTURA DE CONTROLE E DE ACESSO.....	28
GRÁFICO 2 – SEGURANÇA INTERNA/VIGILÂNCIA.....	29
GRÁFICO 3 – POLICIAMENTO.....	31
GRÁFICO 4 – PROTEÇÃO AOS ALUNOS NAS IMEDIAÇÕES.....	33
GRÁFICO 5 – PROBLEMAS DISCIPLINARES CAUSADOS POR ALUNOS.....	35
GRÁFICO 6 – AGRESSÃO VERBAL A PROFESSORES.....	36
GRÁFICO 7 – AGRESSÃO FÍSICA A PROFESSORES.....	38
GRÁFICO 8 – AGRESSÃO VERBAL A ALUNOS.....	39
GRÁFICO 9 – AGRESSÃO FÍSICA A ALUNOS.....	40
GRÁFICO 10 – ATOS DE VIOLÊNCIA - ALUNOS CONTRA PROFESSORES...	41
GRÁFICO 11 – ATOS DE FURTO OU ROUBOS CONTRA PROFESSORES.....	42
GRÁFICO 12 – CONDIÇÃO DOS ALUNOS EM SALA DE AULA.....	43
GRÁFICO 13 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS INDICADORES DAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DE POLICIAMENTO E OS ATOS DE VIOLÊNCIA.....	45
GRÁFICO 14 – ESTATÍSTICAS DE CRIMES REFERENTES A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA DO PARANÁ.....	46
TABELA 15 – ESTATÍSTICAS DE CRIMES REFERENTES A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA DO PARANÁ.....	47

LISTA DE SIGLAS

ANEB	– Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	– Avaliação Escolar do Rendimento Escolar
BOU	– Boletim de Ocorrência Unificado
CEMEI	– Centro Municipal de Educação Infantil
COMUNSEG'S	– Conselhos Comunitários Municipais de Segurança
CRAS	– Centros de Referência de Assistência Social
FGV	– Fundação Getulio Vargas
GGIM	– Gabinete de Gestão Integrada Municipal
GRPCOM	– Grupo Paranaense de Comunicação
IDEB	– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INALUD	– Instituto Latino Americano das Nações Unidas para prevenção do delito e tratamento do delinqüente
INEP Teixeira	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
PB	– Prova Brasil
PRONASCI	– Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RENAESP	– Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública
RMC	– Região Metropolitana de Curitiba
RPC	– Rede Paranaense de Comunicação
SAEB	– Sistema de Avaliação da Educação Básica
SESP	– Secretaria Estadual de Segurança Pública
SJP	– São José dos Pinhais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PESQUISA	12
3	AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA	14
4	REFLETINDO SOBRE OS DADOS DA VIOLÊNCIA	28
4.1	MECANISMOS DE EVITAÇÃO DA VIOLÊNCIA	28
4.2	OS ATOS DE VIOLÊNCIA.....	34
4.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE DADOS	44
5	POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA NA ESCOLA	46
5.1	PROGRAMAS E AÇÕES NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	48
5.1.1	Programa Atitude	48
5.1.2	Rede Protetiva	49
5.1.3	COMUNSEG’S.....	50
5.1.4	Pro – Jovem Urbano	51
5.1.5	PRONASCI – PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA.....	52
6	CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA ESCOLAR	55
	REFERÊNCIAS	57
	ANEXOS	59
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO INEP/PROFESSOR	60
	ANEXO B – QUESTIONÁRIO INEP/ESCOLA	72
	ANEXO C – TABULAÇÃO DE DADOS DO INEP	74

1 INTRODUÇÃO

Foi-se o tempo em que podíamos andar sossegados pelas ruas, explorar com olhos de criança os caminhos ao redor de nossas casas, subir em árvores e comer seus frutos e, desde muito pequenos, irmos sozinhos para a escola e voltarmos em segurança.

A escola era um espaço respeitado onde a polícia nunca estava presente. As violências eram manifestas de forma velada pelo preconceito econômico e social e também pelo poder absoluto exercido de forma equivocada pelo professor.

Hoje a realidade explícita é mais cruel. A sociedade, em seus diversos segmentos, vivencia a violência diariamente. A mídia, quando não banaliza, sensacionaliza a violência. Tudo parece ser aceitável. Adolescentes sem limites cometem atrocidades e vivem impunes, assim como aqueles que deveriam ensiná-los os limites e a cidadania.

A complexidade do tema torna difícil seu dimensionamento. Quando mencionamos a violência, pensamos logo em algo físico, na agressão física, mas não é somente ela o motivo do medo. O que dizer da violência de deixa marcas na alma? Aquela violência que não é visível no corpo, mas somente quem a vivenciou tem autoridade para defini-la?

A educação tem um papel fundamental: formar cidadãos, politizar. Exigir nossos direitos e cumprir nossos deveres torna a sociedade mais justa e melhor. Mas como formar cidadãos se o próprio formador desconhece seus direitos e deveres?

Entende-se que o cidadão seja conhecedor das políticas de seu país. Cabe nesse espaço esclarecer que a palavra 'política' nos faz pensar em demandas ou ações promovidas nos setores públicos, pelos representantes que nós escolhemos, com o objetivo de desenvolver, a partir de uma ideia, ações que possibilitem melhor qualidade de vida para os cidadãos. Dizemos públicas porque todos os cidadãos devem ter acesso a elas, para que possam compartilhar, analisar, sugerir, ou simplesmente conhecer.

Sendo assim, considerando todo o contexto da violência escolar, surgem algumas questões: os atores envolvidos com a educação conhecem as políticas públicas existentes para o enfrentamento da violência nas escolas? Que políticas

públicas existem para amparar as decisões dos professores e gestores de escolas que sofrem com a violência? É possível identificar as causas da violência e as ações que estão sendo eficazes para sua contenção? A ação da polícia dentro da escola é eficaz na redução da violência? Que tipo de violência se acentua no espaço escolar? Onde a violência é mais evidente, há a participação da comunidade?

As poucas pesquisas que se tem sobre violência escolar são incipientes se comparadas com o tema violência no seu sentido amplo. Essas pesquisas sobre o tema são de grande valia, pois ajudam a entender melhor esse fenômeno para poder combatê-lo, entretanto, precisamos nos aprofundar sobre as características da explicitação da violência quando ela ocorre no âmbito do universo escolar.

Desta forma, a presente pesquisa buscou responder o questionamento quanto à existência de políticas públicas e programas de enfrentamento a violência nas escolas e sua efetividade no controle e redução dos indicadores de atos de violência no âmbito escolar, através de revisão bibliográfica sobre o tema violência e violência escolar, da entrevista informal sobre o enfrentamento da violência nas escolas de São José dos Pinhais, e da análise de dados fornecidos pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Minha experiência pessoal como Professora na rede estadual e municipal de ensino, foi determinante para definição de foco do trabalho no Município de São José dos Pinhais. Atuando em escolas do município, e inseridas em áreas de extrema vulnerabilidade social e altíssimos índices de violência, presenciei e vivenciei no meu dia a dia esta realidade. Por outro lado, São José dos Pinhais, como se pode verificar nos indicadores, se posiciona de forma destacada e crítica no volume de ocorrências de violência nas escolas.

2 PESQUISA

A pesquisa foi realizada a partir da revisão bibliográfica sobre o tema violência e violência escolar, e da análise de dados fornecidos pelo INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Os dados analisados referem-se à Prova Brasil 2007 – questionário aplicado às escolas e aos professores.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica é composto por duas avaliações complementares. A primeira, denominada Aneb – Avaliação Nacional da Educação Básica - abrange de maneira amostral os estudantes das redes públicas e privadas do país, localizados na área rural e urbana e matriculados no 5º e 9º anos do ensino fundamental e também no 3º ano do ensino médio. Nesses estratos, os resultados são apresentados para cada Unidade da Federação, Região e para o Brasil como um todo. As avaliações que compõem o **Saeb** são realizadas a cada dois anos.

A segunda, denominada Anresc - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar é aplicada censitariamente alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Nesse estrato, a prova recebe o nome de **Prova Brasil** e oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país que também são utilizados no cálculo do Ideb.

As avaliações da Prova Brasil e Saeb são acompanhadas de questionários que são aplicados aos alunos, professores, diretores, além de haver um questionário preenchido pelos aplicadores.

Os questionários da Prova Brasil e Saeb servem como instrumentos de coleta de informações sobre aspectos da vida escolar, do nível socioeconômico, capital social e cultural dos alunos. Professores de português e matemática das séries avaliadas e os diretores das escolas, também são convidados a responder questionários que possibilitam conhecer a formação profissional, práticas pedagógicas, nível socioeconômico e cultural, estilos de liderança e formas de gestão. Os questionários destinados aos professores e diretores são entregues

pelos aplicadores antes da realização do teste e devem ser recolhidos ao final da prova.

Na mesma ocasião, é preenchido pelos aplicadores dos testes um formulário sobre a escola levantando dados sobre as condições de infra-estrutura, segurança e condições dos recursos pedagógicos disponíveis.

O levantamento destes dados é fundamental para que a análise da Prova Brasil possa levar em consideração o contexto dos alunos e da escola. Uma das possibilidades a partir destes dados é o desenvolvimento de estudos dos fatores associados ao desempenho dos alunos. No caso dessa pesquisa, o foco é a violência escolar, e foram analisados os dados dos questionários da PB do Professor e da Escola.

3 AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA

Quando o tema é violência, existe somente um consenso daqueles que abordam o assunto: a complexidade.

De acordo com Candau (2000:139) a análise do fenômeno da violência deve partir do reconhecimento da sua complexidade, incluindo tanto a existência de múltiplas formas de violência e suas diferenças qualitativas, como também diferentes significações e os seus diversos reflexos históricos.

Assim, nesse trabalho buscamos conceituar a violência sob um olhar de múltiplas dimensões, apresentados a partir da visão daqueles que problematizaram o tema.

Abramovay (2005) visualiza a violência sob três perspectivas: indivíduos que causam danos físicos contra si próprios e contra outros; a violência simbólica e institucional que impede de sermos cidadãos plenos no uso de restrições arbitrárias e a visão da violência cotidiana, pontuada pela autora como incivildades e microviolências. Há, ainda, a necessidade de se considerar o olhar dos sujeitos que sofreram ou sofrem com a violência, tornando esse fenômeno ainda mais complexo.

Considerando-se ainda a amplitude dos fatores que envolvem a violência, ela pode ser pensada e repensada, fazendo-se relações com a história, a educação, a política, a religião e até mesmo com a história do poder que acompanha a evolução da civilização humana.

Hannah Arendt, de acordo com a Enciclopédia de Filosofia de Stanford uma das filósofas políticas mais influentes do século XX, afirmava que a violência e o poder são forças contrárias. Um só pode existir na ausência do outro, cuja história é escrita pela violência necessária para se atingir os objetivos:

“... politicamente falando, é insuficiente dizer não serem o poder e a violência a mesma coisa. O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder. Tal coisa ‘significa que não é correto pensar na não-violência como o oposto da violência; falar do poder não-violento é realmente uma redundância, A violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo... Não pretendo equacionar a violência com o mal; desejo tão-somente salientar que a violência não pode originar-se de seu oposto, que é o poder, e que para compreendê-la pelo que é, teremos

que proceder ao exame de suas raízes e sua natureza. (2004:35-36).

Para Marcondes (2001:20-26), a palavra violência tem origem no latim *violentia*, e que significa, tanto o abuso da força, como o de violar o respeito que se deve a uma pessoa; *violare*. Como tema sociológico recente, só começou a ser problematizada por volta do século XIX por pensadores como Hegel, Marx e Nietzsche, especialmente por causa dos movimentos sociais da época. Enquanto Nietzsche não defendia a violência, mas a entendia como a necessidade humana da luta, do combate e do conflito, Marx e Hegel acreditavam que a violência poderia ser superada, pois não é intrínseca no Homem. A capacidade de gerir a irracionalidade e a agressividade levaria o Homem a uma sociedade mais humana.

Freud, na contramão, acreditava que o homem tem inerente a si uma natureza agressiva e violenta, pois tendemos a destruir uns aos outros para que não destruamos a nós mesmos (1933: 132). De acordo com Freire Costa, tal idéia de sermos instintivamente violentos age como um gatilho que nos revela tal destino de violência – ou seja, banalizamos a violência e a aceitamos como natural, o que nos coloca fadados a ela (1984:34).

Como podemos observar, a violência é um fenômeno que se apresenta de forma generalizada em nossa sociedade, repercutindo no mundo todo, inclusive no ambiente escolar. Nas escolas a violência é manifesta das mais diversas formas, tornando-se objeto da atenção de toda a sociedade, principalmente de estudiosos e pesquisadores. Assim como a psicanálise e outros métodos de interpretação do comportamento do ser humano e da sociedade consideram que o ambiente, além de outros fatores, tem influência significativa na construção do indivíduo, as escolas são um foco indispensável de estudo da violência em geral.

Os estágios de influência à personalidade da criança foram estudados por importantes pensadores, em especial por Freud, como dissertado em Freud e o Inconsciente, por Garcia-Roza (1983) e Erik H. Erikson em seu livro Infância e Sociedade (1987), demonstrando sua grande importância no desenvolvimento do indivíduo e indicando a idade escolar como sendo formadora de diversas de suas características. Podemos, portanto, basear-nos nesses estudos para atribuir à escola um importante papel de formação, que inclui a educação da manifestação de sentimentos de confiança, afeto ou revolta, entre outros, e, por conseguinte, da realização de atos de vandalismo, agressão física e verbal, a violência de forma

abrangente ou, por outro lado, atos de resolução de conflitos dentro dos mecanismos socialmente instituídos para isso.

Para Philippe Ariès, a violência faz parte da escola, ou seja, é característica do próprio modelo escolar e encontra bases nele:

“a família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato. A solicitude da família, da Igreja, dos moralistas e dos administradores privou a criança da liberdade de que ela gozava entre os adultos. Infligiu-lhe o chicote, a prisão, em suma, correções reservadas aos condenados das condições mais baixas” (1981:278).

O autor lembra ainda dos inúmeros castigos físicos a que eram submetidos os alunos indisciplinados, num sistema de recompensas e aprisionamentos, característico da pedagogia jesuítica. Igualmente esquecida, faz-se necessário lembrar-se dos violentos trotes estudantis que chegaram cedo ao Brasil, trazidos de Portugal. No presente trabalho, interessa-nos o estudo da violência na sua forma mais atual. Especificamente a violência escolar e as políticas públicas existentes para seu controle.

Pesquisas foram realizadas para analisar os diferentes significados que a violência assume nos contextos sociais e na forma como ela se manifesta no ambiente escolar. O trabalho apresentado por Minayo (2003), “Violência escolar: identificando pistas para sua prevenção”, mostrou a violência sob a ótica dos atores envolvidos, assim, de acordo com a visão dos alunos, o fenômeno da violência vem aumentando nas escolas pelos seguintes motivos:

“... agressividade dos próprios alunos que afeta a luta pela afirmação de sua identidade, e que não é reconhecida pelos educadores; o descaso da escola e a violência, sobretudo verbal, dos professores e funcionários contra os jovens; a influência da mídia; e a negligência da família.” (MINAYO 2003:125).

A mídia, em especial a televisão, foi apontada por muitos alunos adolescentes como uma das causas da violência nas escolas, pois ela acaba por dar popularidade àqueles que praticam a violência. “A mídia te leva a enxergar um mundo que você vai, você entra nele sem saber. Quando você vê, você já fez um monte de coisa!”(Minayo 2003:126).

A maior parte dos professores entrevistados acredita, também, ser a televisão um problema:

“... seja porque esse meio influencia o jovem a adotar comportamentos consumistas, seja pela crescente erotização da programação ou por veicular a violência de forma banalizada. Contudo, muitos relatam que o mais grave é a substituição do convívio familiar pela programação da televisão. Pais que possuem pouco tempo para estar com os filhos delegam ao aparelho televisivo a conversa que não travam.” (Minayo 2003:127).

Há aproximadamente três décadas, políticas públicas para a redução da violência no Brasil expressam iniciativas para o controle dessa situação. No início dos anos 80, a violência nas escolas já era tema presente nos debates públicos, porém pesquisas sobre o assunto ainda são incipientes no Brasil.

Existe uma quantidade considerável de experiências relatadas que reforçam a necessidade de um olhar mais crítico e de estudos mais profundos sobre o tema.

De acordo com Sposito (2002), este tipo de problema não é privilégio de países pobres, pois países desenvolvidos vivenciam de formas diversas situações de violência nas escolas.

Na visão da mesma autora, a implantação de políticas públicas tem sido invariavelmente provocada pela pressão exercida principalmente pela mídia, que deu maior visibilidade à questão. A visualização do problema gerou medo e insegurança, pressionando o poder público a encontrar soluções emergenciais e paliativas.

Assim, tais ações podem ter consequências adversas para resolução do problema. “... É frequente a adoção de medidas antidemocráticas e a busca de soluções emergenciais, em geral, pontuais e descontínuas.” (Sposito, 2002:71)

O olhar de Oliveira e Martins sobre o fenômeno da violência é mais crítico. Aponta os meios de comunicação como um dos fatores que permitem a cultura da violência através do sensacionalismo, e fragilizam a democratização do país, pois inexistem a palavra, o diálogo e uma visão crítica da escola e das famílias:

“o modo como esse fenômeno se expressa atualmente, aponta para a constatação da ausência da palavra, ausência do diálogo e de uma visão crítica... A escola, a família e os meios de comunicação teriam função extremamente importante na abertura deste diálogo, mas à medida que as duas primeiras se calam e os meios de comunicação não param de falar de maneira sensacionalista... A cultura da revolta diante do que choca, do que deveria espantar, transforma-se em cultura do show e do entretenimento... Fazem padecer a palavra cuja função é interpelar e procurar respostas e soluções para um fenômeno que fragiliza as tentativas de uma efetiva democratização do país... De forma a violentar o sujeito na tentativa de construir-se como cidadão.” (2007:90).

Sposito (2002) aponta dois grupos de pesquisa relacionados ao tema, sendo

que, o primeiro grupo é impreciso ao dimensionar a diversidade e magnitude da questão, porém, fornecendo informações importantes sobre a ocorrência destes episódios em várias cidades brasileiras, oferecendo indicações relevantes tanto sob o ponto de vista do estímulo a novas pesquisas, como, a descrição dos principais eventos observados nas relações entre escola e violência.

O segundo grupo integra o conjunto de trabalhos produzidos na pós-graduação e trabalhos de algumas equipes de pesquisadores ligados à universidade. Apesar de, nas últimas décadas, as Ciências Sociais tratarem o tema violência tornando-o alvo do interesse de investigadores, a violência escolar especificamente não apareceu como temática das pesquisas. Tardamente esse tema está sendo objeto de preocupação na Pós-Graduação, refletindo-se na produção discente:

“somando-se o conjunto de teses e dissertações produzidas entre 1980 e 1998 em toda a Pós-Graduação em Educação no Brasil, verificamos que de um total de 8.667 trabalhos, somente 9 investigaram o tema da violência escolar (SPOSITO 2000). Em Ciências Sociais consideradas a produção de 11 Programas de Pós-Graduação (compreendendo centros de intensa produção como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) verifica-se que nesse mesmo período nenhuma dissertação ou tese de doutorado foi defendida sobre o tema em relação a um total de 2.495 títulos objetos de exame (SPOSITO 1999).” (SPOSITO 2002:72).

As afirmações da autora são baseadas nos trabalhos de sua autoria, realizados e citados em seu artigo. Relata Sposito:

“apesar do intenso debate público em torno da violência e da sua relação com os segmentos juvenis, que como protagonistas, que como vítimas, as equipes de pesquisadores demoram a assimilar no conjunto de seus interesses o tema das relações entre violência e escola. No entanto se é preciso reconhecer a fraca indução por parte dos organismos públicos, não é possível desconsiderar, também, que o interesse acadêmico pela questão ainda é bastante incipiente.” (2002:72).

Até o ano de 2002 verificou-se a inexistência de um programa nacional de investigação sobre violência escolar proposto pelo Poder Público através de suas agências de fomento à pesquisa.

Ao descrever as múltiplas faces da violência em meio escolar, Sposito (2002) utiliza a expressão de Débarbieux (1996), “Violência em meio escolar: Um fenômeno de múltiplas faces”. Há a necessidade de se examinar as diferenças existentes entre as várias modalidades de violência. Assim, existe a violência

observada na escola e em suas proximidades, decorrentes do aumento da criminalidade e da violência social. As práticas criminosas que afetam o dia a dia do cidadão, quando percebidas na escola, são a forma de violência que mais atemoriza pais, alunos e professores. É importante esclarecer que, embora esteja situada na escola, não é violência escolar. A relação da escola com a violência social, considerando o processo da exclusão social constitui fator de risco para a violência, embora não seja possível afirmar a relação de causalidade entre violência e miséria.

Como violência escolar o estudo delimita duas modalidades, sendo que a primeira seria caracterizada por atos de violência contra a escola, ou seja, o produto das ações que danificam o patrimônio escolar e bens de funcionários e professores. A segunda modalidade é decorrente das relações interpessoais, de um padrão de sociabilidade que atinge as escolas públicas e privadas, trata-se das práticas de alunos na formação de grupos que podem ou não se enfrentar como inimigos de guerra, envolvendo também agressões, tanto físicas como verbais, por meio de ameaças a professores e funcionários.

A discriminação, o preconceito, a falta de autoridade do mundo adulto e a incapacidade dos profissionais gerirem de forma democrática a escola, explicam parte das ocorrências de violência escolar.

Na maioria das vezes estas ações são cometidas por alunos e ex-alunos, que nem sempre tem consequências significativas. Ações desta natureza são tratadas pelos pesquisadores como incivilidade.

Por outro lado a banalização dessas ações nos anos 1990, muitas vezes tem desfechos fatais, como mortes por arma de fogo, diante da facilidade de acesso as armas por parte de jovens e adolescentes.

Com base no ano de 1999, os poucos diagnósticos realizados revelam ser raro o porte de armas de fogo e baixa a taxa de homicídio nas escolas públicas estaduais paulistas, contabilizando 0,40 mortes por cem mil alunos. Tais mortes, de um ponto de vista estatístico, eram mais raras se computada a inclusão de institutos privados e municipais, porém, a idéia transmitida pela mídia era de um risco de morte alto e generalizado (SPOSITO apud ILANUD, 2002:74)

Desde os anos 80, as medidas de combate a violência variam entre a simples repressão e o da construção de projetos educativos preventivos. Diante desta instabilidade as medidas de segurança tem sido muito mais frequentes do que medidas sócio educativas.

Sposito (2002) afirma que é inegável a necessidade de maior segurança, pois existe um clima de revolta entre professores, alunos e pais, diante da falta de policiamento preventivo e comunitário nos bairros e arredores das escolas.

O único levantamento nacional que tratou do tema da violência escolar publicado em 1998 identifica três tipos de situações mais frequentes: As depredações e furtos que atingem o patrimônio das escolas, agressões físicas entre alunos, e as agressões de alunos contra os professores. Tal levantamento indica ainda que aparentemente não haja correlação da violência entre nível de desenvolvimento sócio econômico e os índices de depredação, porém, estabelecimentos de maior tamanho (mais que 2.200 alunos) estão mais sujeitos a esta prática, destacando-se aqueles localizados nas capitais. A pesquisa mostra ainda a inexistência de relação entre a menor ou maior extensão de recursos de segurança interna nas escolas públicas brasileiras e as ocorrências de roubo ou vandalismo, pelo contrário, nas escolas aonde existe estrutura de segurança mais adequada e extensiva, a ocorrência de vandalismo é maior.

Em escolas cuja administração enfrenta sempre o problema do despreparo dos profissionais no trato das questões de violência, o policiamento foi visto como solução. Embora qualquer ator que faça parte do cotidiano escolar deve estar preparado para orientar suas ações visando um processo de desenvolvimento no ambiente educacional, as atitudes nem sempre são educativas, ações arbitrárias de violência contra os alunos tem sido muitas vezes a consequência perversa das medidas de segurança adotadas pela comunidade escolar. As ações arbitrárias de violência são entendidas por Sposito como:

“... o pânico e o medo são fatores que corroem práticas democráticas, calcada na idéia de direitos. Algumas medidas recentes – detectores de metal na porta de entrada de unidades escolares, as câmeras espalhadas nos corredores e pátio de colégios particulares... Expressam necessidades extremas de controle disciplinar sobre crianças e jovens e o reconhecimento dos sinais de mudança e de crise das instituições socializadoras.” (2002:76).

A autora exemplifica algumas medidas implementadas pelo governo estadual de São Paulo e do Município de São Paulo na década de 80, tais como, a gestão democrática da escola e a sua interação com as suas comunidades por meio do aumento dos espaços de participação.

“a idéia de participação consistiria, assim, em chave simbólica importante

que operaria como matriz de práticas capazes de neutralizar a violência nas escolas. Nesse momento a violência era entendida, em grande parte, como expressão do isolamento da unidade escolar em relação aos seus usuários.” (Sposito – 2002:7).

Uma das propostas no plano estadual, tornou obrigatória por meio de decreto, a abertura das escolas nos finais de semana para a comunidade, oferecendo atividades de lazer, cultura e esporte, isto também foi implementado na esfera Municipal com o Projeto Fim de Semana. Os resultados obtidos foram bastante desiguais, principalmente nas escolas municipais. Houve inúmeras experiências de sucesso, explicados em parte pela possível articulação entre os eventos do fim de semana e as práticas escolares do dia a dia. Considera-se fator positivo o grau de organização das comunidades usuárias, ação dos moradores portadores de liderança, e a presença de movimentos associativos, que potencializavam as atividades atraindo jovens e crianças moradoras de bairros pobres.

As experiências negativas frutos do fracasso do projeto, se explicam pelos transtornos causados pela abertura dos espaços a comunidade. Equipamentos desgastados demoraram a ser repostos, dificuldade de disponibilização de recursos humanos sem a respectiva remuneração, e principalmente, a pouca repercussão nas práticas escolares cotidianas.

Apesar de todas as dificuldades foi verificada uma diminuição nos episódios de violência, com a tentativa de alterar a cultura e criar um ambiente favorável no interior da escola.

Nas administrações seguintes a idéia de participação deu lugar a uma forte busca por implementação de medidas de segurança: rondas, zeladorias, alarmes. No início dos anos 90 como resultado destas ações, policiais foram colocados nos estabelecimentos de ensino considerados de alto risco, fazendo com que na sequência e até os dias atuais, a atuação policial passasse a ser habitual no atendimento de ocorrências de indisciplina fora das salas de aula, brigas entre alunos e jovens moradores dos bairros, interferindo significativamente na vida escolar. Para Sposito:

“sendo considerada a violência em meio escolar apenas questão de segurança e, portanto, passível de intervenção policial, as medidas de cunho educativo tenderam a ficar minimizadas, reiterando certas concepções enraizadas na sociedade brasileira, que tendeu a tratar a questão social, como questão de polícia.” (2002:78).

Se na década de 80 registravam-se depreciações e invasões em períodos ociosos da escola, como os principais problemas, no início dos anos 90 nas escolas municipais, 62% das ocorrências eram contra usuários e funcionários; ameaças e invasões para praticas ilícitas, e 38% práticas contra o patrimônio. No período de 1989 a 1992, a administração pública do município de São Paulo lançou o projeto Pela Vida, não a Violência, que visava à execução de um programa de formação de operacionais, ou seja, os profissionais treinados para agir em situações de violência, lotados nas escolas, iniciado com os vigias e que, posteriormente, estimulou a interação dos alunos com grupo de *Rappers*, que desenvolveram o projeto *Rap* nas escolas. Juntamente com estas ações foram propostas a autonomia e apoio as unidades escolares para construção de seus próprios projetos educativos.

Os resultados destas ações teriam retorno em longo prazo, sendo que para isto necessitariam de manutenção independente das mudanças nos governos. No entanto os revezamentos no poder e as questões político-partidárias impediram a continuidade necessária. Independente desta instabilidade administrativa, algumas escolas conseguiram consolidar seus projetos, exprimindo capacidade de ação de alguns diretores e professores.

A partir de 1998 intensificam-se os programas voltados para a solução da questão da violência. O clima de medo e desconfiança no ambiente escolar exigia medidas que trouxessem novamente a policia mais próxima da vida escolar. Procurando soluções que oferecesse profissionais capacitados para tornar a escola um espaço de exercício de participação e organização da comunidade, criou-se o projeto Comunidade Presente, onde se tentou superar a violência, introduzindo uma nova definição, denominada “Cultura pela Paz, trabalhando fortes eixos, como cidadania, participação e gestão democrática. Como nos programas anteriores, o maior desafio seria de articular estas ações com o projeto pedagógico das escolas.

Um novo projeto lançado pela Secretaria de Estado da Educação em 1999, “Projeto Parceiros do Futuro”, tornou jovens destinatários privilegiados das ações, buscando desenvolver ações que promovam entre os jovens, a solidariedade, o respeito à pluralidade e um convívio social mais justo e ético.

A autora conclui em sua investigação que ainda inexistente estudo sistemático que permita confirmar a realização efetiva das propostas dos projetos, e que estas iniciativas podem não propiciar uma reflexão da forma preconceituosa como os adultos enxergam as crianças e jovens da periferia.

“estigmatizados pela condição social de exclusão e pobreza, além de preconceitos de outra natureza, essas crianças e jovens têm sido vistos cada vez mais sob a ótica do medo e, assim, tratados como virtuais criminosos e delinquentes. Hoje a instituição escolar já não teme apenas os que estão além dos muros, mas enfrenta o pânico interno.” (2002:82)

O medo, a desconfiança e a necessidade de medidas que reforcem a vigilância e o controle podem tornar a escola perversa: mais do que um lugar voltado para o desenvolvimento humano do cidadão, torna-se um lugar de medo, excludente e intolerante. Os projetos e programas especiais devem fomentar a transformação da cultura escolar protagonizando jovens e adolescentes na busca da promoção da cidadania e na consolidação dos mecanismos de tutela e subordinação social.

Em síntese, o conceito de violência abordado nas pesquisas é amplo e complexo e deve ser considerado em suas múltiplas formas de existência.

Um primeiro olhar aponta três perspectivas sobre a violência: indivíduos que causam danos físicos contra si próprios e contra outros; a violência simbólica e a violência institucional que nos impede de exercermos plenamente a cidadania, definida por Abramoway (2005) como microviolências.

Marcondes (2001) define morfologicamente a palavra violência: é originária do latim, e significa tanto o abuso da força, como o de Violar o respeito que se deve a outra pessoa.

Alguns filósofos também a conceituam; a violência é a necessidade da luta humana, do combate e do conflito para Nietzsche. Marx e Hegel acreditam que o homem é capaz de administrar a violência, uma vez que ela não é intrínseca a sua natureza. Para Freud o Homem possui uma natureza agressiva e violenta, inerente a sua vontade. Na psicanálise e outros métodos de interpretação do comportamento humano, consideram que o ambiente e outros fatores são determinantes na construção da personalidade do indivíduo. Nessa perspectiva a escola pode ser um ambiente colaborativo na formação, ou não, da personalidade violenta de um indivíduo.

Estreitando mais o foco sobre esse tema complexo, abordaremos especificamente a violência escolar. Nessa perspectiva Airès (1981) afirma que a violência faz parte da escola e embasa sua afirmação lembrando os castigos físicos a que eram submetidos os alunos indisciplinados. Lembra ainda dos trotes estudantis violentos que foram trazidos muito cedo de Portugal para o Brasil. Minayo

(2003) cita que na visão dos alunos, a mídia como vilã e sensacionalista na promoção daqueles que são violentos, tornando-os populares. A mesma visão é compartilhada com os professores, que acreditam na influência da mídia para formar jovens consumistas que banalizam a violência, e como consequência, os pais delegam ao aparelho televisivo a conversa que não tem com seus filhos.

A mesma crítica à mídia é feita por Sposito Oliveira e Marins (2002), que acreditam que o sensacionalismo da mídia pressiona o poder público a tomar decisões emergenciais e descontínuas. Oliveira e Martins (2002) apontam para a ausência da palavra e do diálogo familiar, para a banalização e o sensacionalismo da violência e de questões que deveriam ser pensadas na construção de uma efetiva democratização.

Pesquisas desenvolvidas por Sposito (2002) apontam a fragilidade do sistema e da pouca importância dada ao problema da violência escolar, tanto do poder público na efetivação de políticas para contenção desse fenômeno, como no campo das pesquisas que poderiam contribuir com dados estatísticos, tornando o tema alvo do interesse público.

De acordo com suas pesquisas, os trabalhos científicos nesse campo, no período de 1980 a 1998, num total de 8.667 pesquisas da pós graduação, somente 9 investigaram o tema da violência escolar. Em ciências Sociais, considerados a produção de 11 Programas de Pós-Graduação em centros de intensa produção, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nesse mesmo período, de 2.497 títulos, objetos de exame, não houve nenhuma dissertação ou tese de doutorado defendida sobre o tema violência escolar.

Preocupante se torna a afirmação, de que, apesar do intenso debate público sobre o tema em torno da violência e da sua relação com os segmentos juvenis, que como protagonistas, que como vítimas, pesquisadores demoram a assimilar no conjunto de seus interesses o tema das relações entre violência e escola, sem dizer da fraca indução por parte do poder público e do interesse acadêmico ainda insipiente. Até 2002 verificou-se a inexistência de um programa nacional proposto pelo poder público de investigação sobre a violência escolar.

A violência escolar não deve ser confundida com as práticas criminosas que afetam o dia a dia do cidadão e que são percebidas na escola. De acordo com Sposito (2002), embora esteja situada na escola, não é violência escolar. Como violência escolar esse estudo de Sposito delimita duas modalidades; a primeira

caracterizada pelos atos de violência contra a escola e a segunda decorrente das relações interpessoais entre alunos, professores e funcionários.

A discriminação, o preconceito, e a falta de autoridade do mundo adulto e a incapacidade dos profissionais gerirem de forma democrática a escola, explicam parte desse fenômeno.

Ações violentas causadas por alunos, ou ex-alunos, são chamadas pelos pesquisadores como incivilidades. No entanto a banalização dessas ações nos anos 1990 teve desfechos fatais, como mortes por arma de fogo, decorrente do fácil acesso a elas. Já em 1999, dados revelam ser raro o porte de armas de fogo, sendo baixo índice de homicídios nas escolas públicas estaduais paulistas, 0,4 mortes por cem mil alunos.

Desde os anos 80, as medidas de combate a violência variam entre a simples repressão e a construção de projetos educativos preventivos. A autora afirma ser inegável a necessidade de maior segurança diante da falta de policiamento preventivo e comunitário nos bairros e arredores das escolas.

O único levantamento nacional feito em 1998, que tratou sobre o tema da violência escolar, identificou três tipos de situações mais frequentes: as depredações e furtos que atingem o patrimônio das escolas; agressões físicas entre alunos e as agressões de alunos contra professores.

Atualmente, os dados analisados na pesquisa de Sposito (2002), indicam que não há correlação entre violência e o nível de desenvolvimento social e os índices de depredação, porém estabelecimentos de maior tamanho, acima de 2200 alunos, estão mais sujeitos a esta prática. A mesma pesquisa mostra ainda a inexistência de relação entre a menor ou maior extensão de recursos de segurança interna nas escolas públicas brasileiras, e as ocorrências de roubo ou vandalismo, pelo contrário, onde há mais recursos de segurança interna, há também maior vandalismo.

Nas escolas em que os profissionais da educação estão despreparados para enfrentar situações de violência, o policiamento foi visto como solução. Sposito (2002) entende que, o pânico e o medo são fatores que corroem as práticas democráticas, e algumas medidas recentes contra a violência, como câmeras nos corredores, detectores de metais etc., são ações arbitrárias de violência contra os alunos. A autora defende a gestão democrática da escola, com o preparo adequado na orientação das ações que visam o processo de desenvolvimento no ambiente

escolar. Um bom exemplo seria a abertura do espaço escolar para a participação da comunidade.

Nesse sentido, Sposito (2002) cita uma das propostas do governo e do município de São Paulo na década de 80, que tornou obrigatória por meio de decreto, a abertura das escolas nos finais de semana para a comunidade, oferecendo atividades de lazer, cultura e esporte, isso foi implementado na esfera municipal com o projeto “Fim de Semana”.

Os resultados desse programa foram bastante desiguais. Como fator de sucesso identificou-se o grau de organização das comunidades usuárias, ação dos moradores líderes e a presença de movimentos associativos que potencializaram as atividades, atraindo jovens e crianças moradoras de bairros pobres.

Os fatores que contribuíram para o fracasso do projeto foram identificados como sendo os transtornos causados pela abertura dos espaços a comunidade. Não houve recursos para repor os equipamentos desgastados e nem remuneração adequada aos recursos humanos, com pouca repercussão nas práticas escolares cotidianas. Ainda assim, com todas as dificuldades, verificou-se uma diminuição nos episódios de violência.

Nos governos seguintes, a idéia de participação da comunidade, deu lugar a uma forte busca por medidas de segurança. Passou, assim, ser comum a presença da polícia para resolver ocorrências de indisciplina. Para Sposito essa ação interferiu significativamente na vida escolar, pois a violência sendo considerada apenas como questão de segurança e, portanto, passível de intervenção policial, minimizou as medidas de cunho educativo, tratando a questão social como questão de polícia.

Na década de 80 os principais problemas eram as depreciações e invasões. No início dos anos 90, nas escolas municipais, 62% das ocorrências eram contra usuários e funcionários; ameaças e invasões para práticas ilícitas. As práticas contra o patrimônio ficaram com os 38% restantes.

Seguiram-se novos projetos desenvolvidos pela administração pública do município de São Paulo, no período de 1989 a 1992. Projeto “Pela vida, não a violência” visava a participação dos atores envolvidos com a educação, treinados para agir em situações de violência. Esse projeto estimulou a interação dos alunos com um grupo de *Rappers*, que desenvolveu o projeto *Rap* nas escolas. Juntamente com essas ações foram propostas a autonomia e apoio as unidades escolares para a construção de seus próprios projetos educativos.

Todas essas medidas deveriam ser pensadas a longo prazo e necessitariam de apoio e manutenção, independente das futuras administrações. No entanto, algumas escolas não conseguiram consolidar seus projetos, justamente pela instabilidade administrativa.

A partir de 1998 a questão da violência escolar ganhou novamente destaque, intensificando os programas voltados para solução da questão da violência. Novos projetos surgiram como o projeto “Comunidade Presente”, “Cultura pela Paz”, que trabalhavam fortes eixos como a cidadania, participação e gestão democrática. Em 1999 foi a vez do projeto “Parceiros do Futuro” envolvendo os jovens na prática da solidariedade, respeito e convívio social mais justo. Novos projetos e velhos problemas. O desafio continuava sendo articular estas ações com o projeto pedagógico das escolas e dar continuidade independente das administrações futuras.

As pesquisas levaram a reflexão e ao entendimento de que ainda não há um estudo sistemático que permita confirmar a realização efetiva das propostas dos projetos e que urge a necessidade de programas que fomentem a transformação da cultura escolar, na busca da plena cidadania.

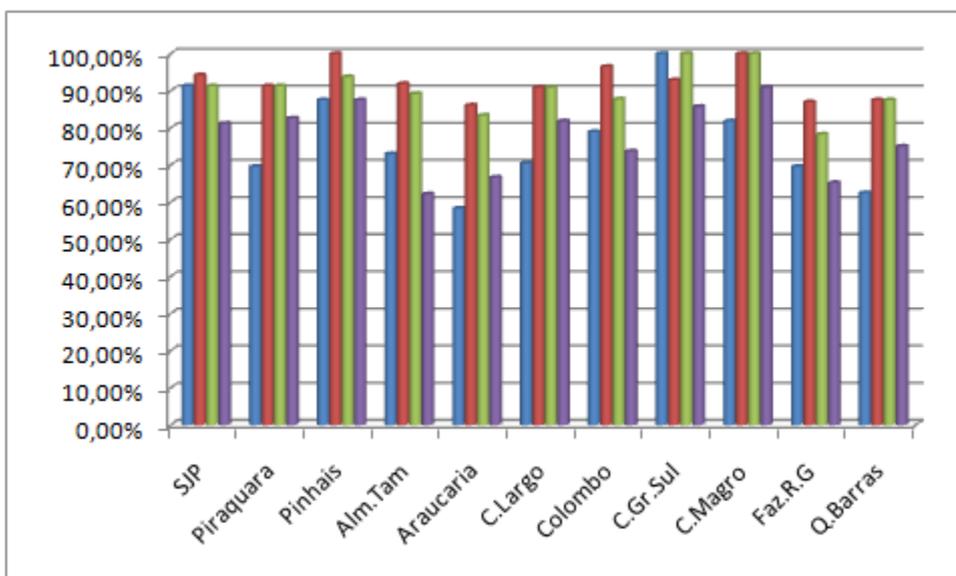
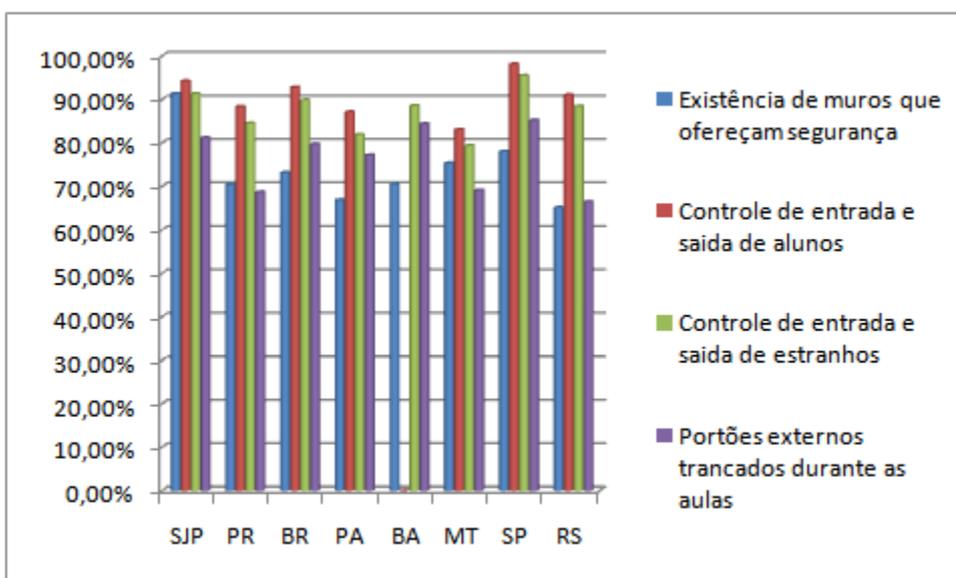
A questão da violência nas escolas continua candente e cada vez mais presente na mídia. O Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM) lançou no ano de 2011 uma campanha de mobilização e de conscientização da sociedade paranaense quanto ao tema da violência, discutindo também a situação nas escolas paranaenses, o slogan é “Paz sem voz é medo”. O início da campanha foi marcado pela realização de pesquisa de opinião pública a qual apontou que, 70 % da população sente-se mais insegura do que a cinco anos atrás.

Dentro do mesmo programa foi realizada pesquisa específica (ainda não concluída), junto à comunidade escolar com o objetivo de levantar as principais preocupações com a segurança e as causas da violência.

4 REFLETINDO SOBRE OS DADOS DA VIOLÊNCIA

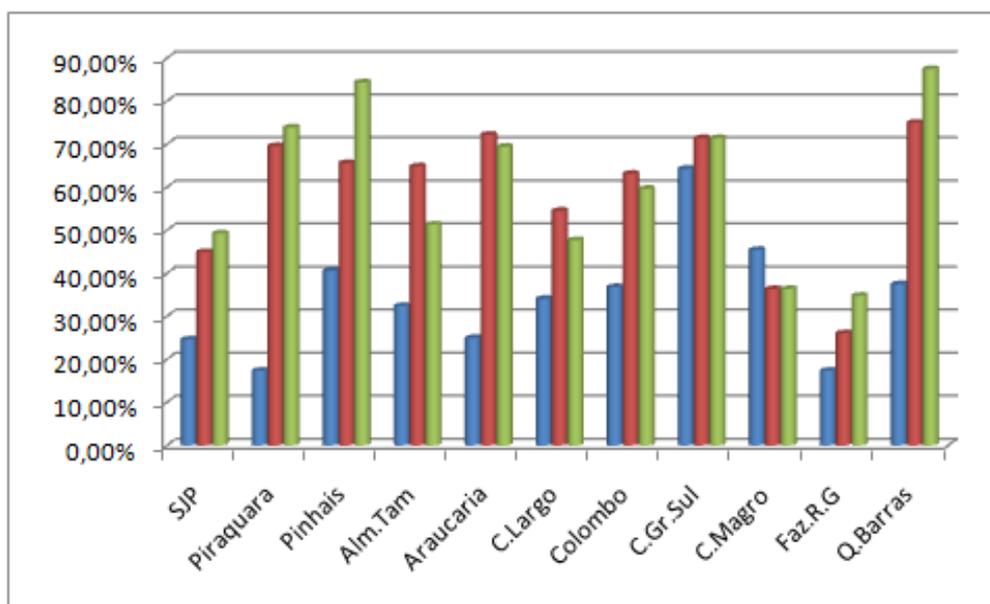
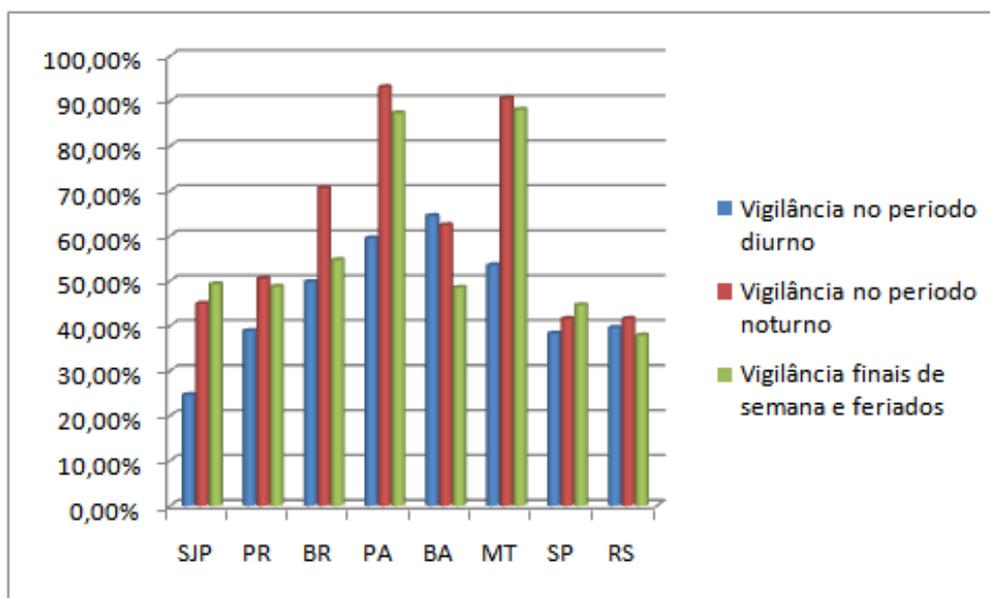
4.1 MECANISMOS DE EVITAÇÃO DA VIOLÊNCIA

GRÁFICO 1 – ESTRUTURA DE CONTROLE E DE ACESSO



Fonte: INEP/Prova Brasil 2007 – Banco de dados

GRÁFICO 2 – SEGURANÇA INTERNA/VIGILÂNCIA



Fonte: INEP/Prova Brasil 2007 – Banco de dados

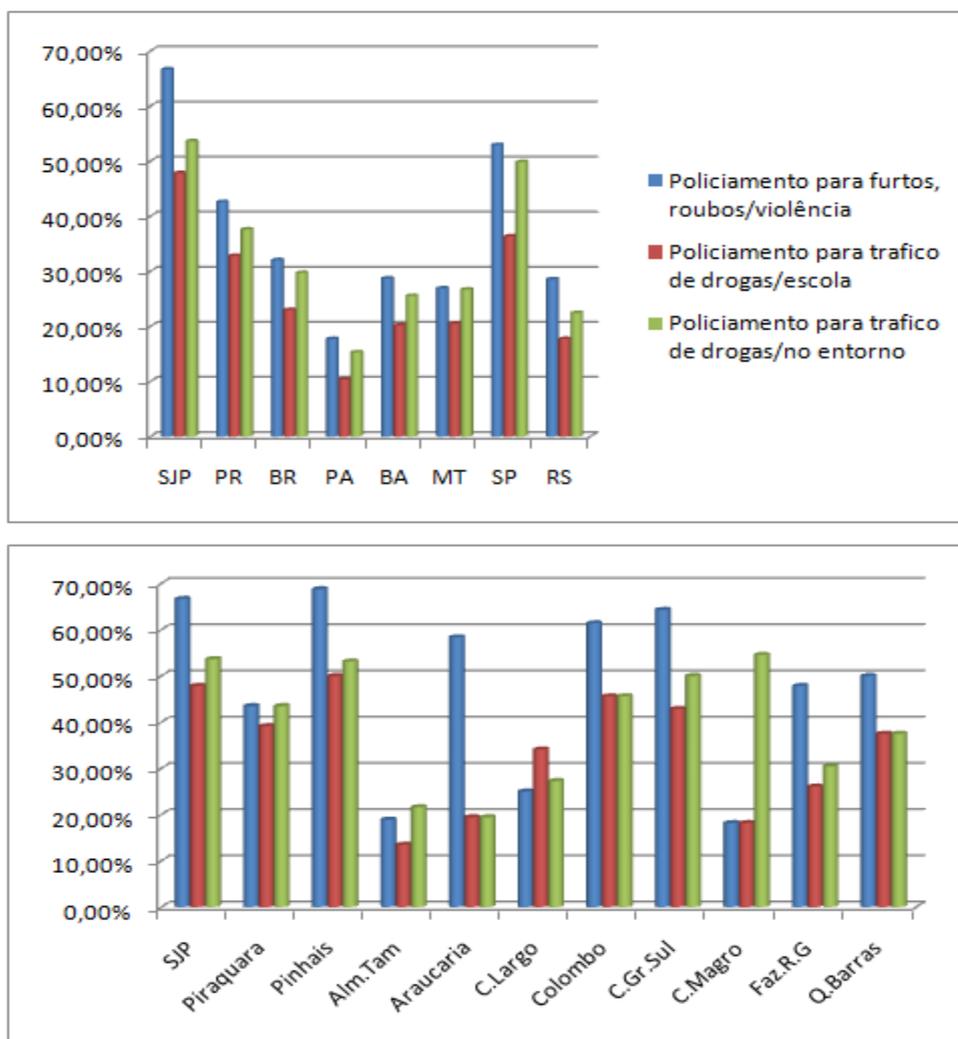
Quando comparada com as médias nacionais, estaduais e mesmo as dos Municípios da RMC, SJP apresenta uma das piores condições, com índices que não chegam a 50%, demonstrando fragilidade nos serviços próprios de vigilância. Mesmo assim, a realidade nas escolas de SJP é ainda mais deficitária do que demonstram os dados da pesquisa, não existindo praticamente nenhum serviço de segurança interna.

A vigilância nos períodos diurnos e noturnos, que deveriam estar voltadas a contenção da violência entre alunos, professores e funcionários, efetivamente não existe, levando aos índices de ocorrência tão elevados.

A ocorrência de invasões e depredações ao patrimônio das escolas acontece principalmente nos finais de semana, e em virtude da ausência de vigilância, o que contraria também os resultados da pesquisa.

É comum a presença de cães no interior das escolas em fins de semana, fazendo a vigilância desses estabelecimentos. Evidencia-se a necessidade de profissionais preparados para assumir essa função. A segurança nas escolas se faz, no dia a dia, pelos próprios funcionários, no uso do bom senso e no controle de entrada e saída de pessoas estranhas a escola. A inexistência desse profissional nas escolas municipais nos leva a pensar até que ponto o poder público se preocupa com a violência manifestada diariamente dentro das instituições de ensino e, a questionar quem são as pessoas citadas nas pesquisas que fazem a vigilância dessas escolas.

GRÁFICO 3 – POLICIAMENTO



Fonte: INEP/Prova Brasil 2007 – Banco de dados

As condições de policiamento são bastante superiores a média estadual e nacional, e com relação à maioria dos demais estados. Quanto a RMC se posiciona também com os melhores níveis.

Esta situação leva a um entendimento de que, o enfrentamento ostensivo da violência deveria estar proporcionando resultados satisfatórios.

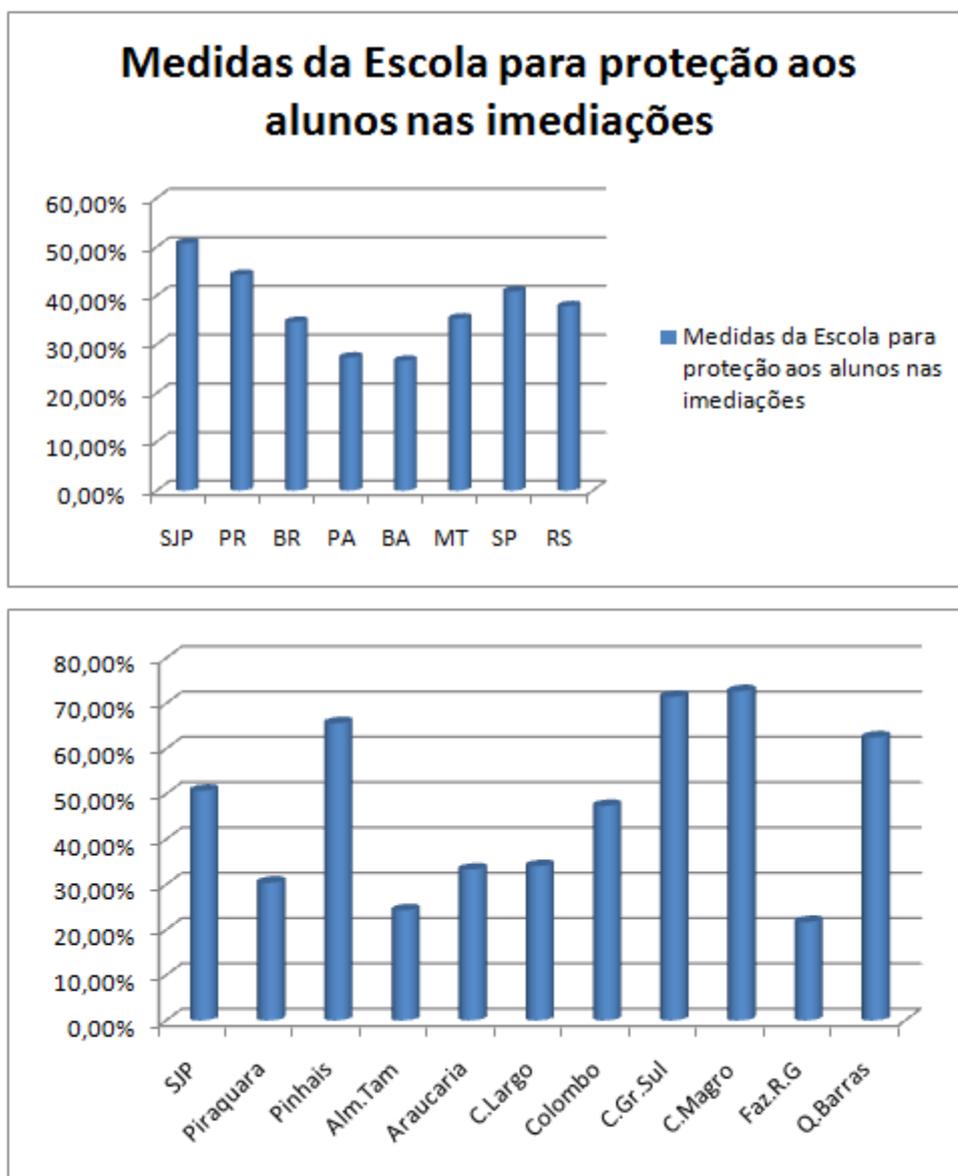
Como também neste aspecto o resultado da pesquisa não é verificado no dia a dia das escolas. Essa é, inclusive, uma das reivindicações do programa “Rede de Proteção” e dos demais programas existentes em São José dos Pinhais, que se coloque no entorno das escolas mais policiamento, pois é inquestionável a necessidade de garantir a segurança, não só dos alunos, mas também da comunidade.

“Nenhum município do Paraná tem tanta representação popular na

segurança pública quanto São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. A mobilização começou há dois anos e meio, quando a Secretaria Municipal de Segurança passou a percorrer os bairros divulgando uma nova proposta para o setor, com a criação dos Conselhos Comunitários Municipais de Segurança Cidadã, os Comunsegs. Hoje existem 32 Comunsegs, um para cada 8,5 mil habitantes (Curitiba, por exemplo, tem um conselho para cada grupo de 46 mil moradores). E a participação popular não é só figuração.” Essa é parte da reportagem feita pelo Jornal Gazeta do Povo (05/10/2011/ MAURI KÖNIG), onde mostra a cidade de SJP dentro dos 40% dos municípios paranaenses a terem uma representatividade significativa dentro dos Conselhos de Segurança.

Fica o questionamento quanto à efetividade das ações da polícia na redução da violência na escola e da participação popular “não figurativa”.

GRÁFICO 4 – PROTEÇÃO AOS ALUNOS



Fonte: INEP/Prova Brasil 2007 – Banco de dados

Também neste aspecto SJP se diferencia das médias nacionais e estaduais, apresentando um índice que aponta uma boa abrangência nas ações de proteção aos alunos, implementadas pela escola em suas imediações, se posicionando no mesmo nível dos demais municípios da RMC.

Questiona-se aqui, o que se entende por medidas da escola. De que forma a escola pode garantir a proteção do aluno fora do estabelecimento de ensino? Os entrevistados se referem aos programas de “fim de semana”? A ação do Conselho Tutelar? Ou a solicitação de policiamento no entorno da escola?

Sabemos dos problemas enfrentados pelas escolas no que diz respeito ao

controle da violência em seu interior. Fora da escola, não se torna um problema ainda maior? Não seriam muitas as variáveis a serem consideradas?

4.2 OS ATOS DE VIOLÊNCIA

De forma geral, independente da qualidade dos dados, que, em muitos aspectos parecem não refletir a realidade, quanto a estrutura da escola, policiamento e ações para proteção dos alunos, professores e funcionários, São José dos Pinhais, apresenta na maioria das situações, níveis superiores as médias federais e estaduais, estando praticamente no mesmo nível dos municípios da RMC.

No entanto, esta condição não se reflete nos indicadores referentes a ocorrência de atos de violência na escola (Questionários dos Professores), e tampouco nas estatísticas da Secretaria Estadual de Segurança. Pelo contrário, São José dos Pinhais, detém níveis de violência significativamente superiores em praticamente todos os comparativos.

Isto leva ao questionamento quanto a efetividade das ações ostensivas para contenção da violência.

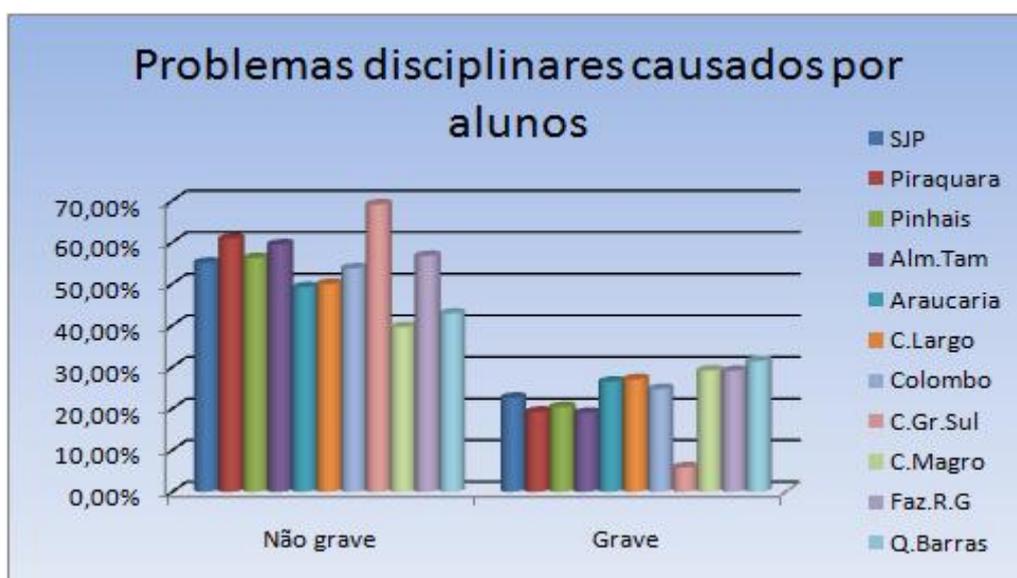
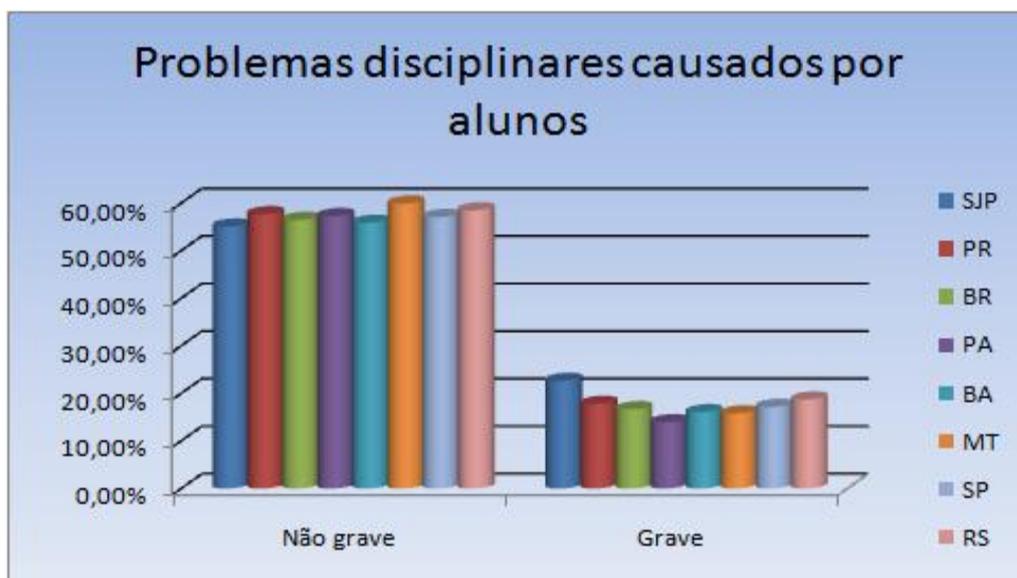
Medrado¹ (1998, citado por Oliveira e Martins, 2007) entende que a escola é o espaço destinado a educação e não um lugar para guardar artefatos para proteção. Para ele, muros altos, arames farpados e principalmente a intervenção da policia, são medidas inócuas. Os alunos passam a ver a escola como um presídio e não como um lugar para o exercício de seus direitos e deveres. Para a comunidade este espaço não lhes pertence, e é protegida contra eles, o que faz com que seja alvo de ataques.

Spósito (1994) destaca em seus estudos que as escolas são os principais alvos de depredações realizadas por jovens e adolescentes das próprias comunidades, que entendem as mesmas como estruturas que estabelecem regras e normas e não um patrimônio pertencente aos cidadãos.

Os dados extraídos do questionário dos professores nos fornecem alguns indicadores conforme segue:

¹ MEDRADO, H. I. P. (1998) Formas contemporâneas de negociação com a depredação. *Cadernos Cedes*, Campinas, 47(19), 81-103

GRÁFICO 5 – PROBLEMAS DISCIPLINARES CAUSADOS POR ALUNOS



Fonte: INEP/Prova Brasil 2007 – Banco de dados

Problemas disciplinares graves superiores as médias estaduais e nacionais, apresentando um percentual de 22,61 %, enquanto que, a média Brasil fica em 16,66 % e do Estado do Paraná em 17,79 %. Com relação a RMC tanto nas situações mais graves, quanto as de menor importância, fica dentro da média, demonstrando que o contexto é o mesmo.

Os problemas disciplinares e a violência entre alunos aparecem nos resultados parciais da pesquisa GRPCOM (2011), como a principal preocupação da comunidade escolar, juntamente como os atos de vandalismo contra o patrimônio.

GRÁFICO 6 – AGRESSÃO VERBAL A PROFESSORES



Fonte: INEP/Prova Brasil 2007 – Banco de dados

Sem oscilações significativas com relação aos demais estados e municípios comparados, o que fica aqui demonstrado, é que, apesar do grande volume de agressões aos professores partirem dos alunos, a ocorrência destas situações provocadas por funcionários e pelos próprios professores são muito relevantes, demonstrando que a violência também tem origem dentro da escola, e não somente fora dela, ou seja, do contexto social em que estão inseridos os alunos. A questão estrutural, de controle de acessos, segurança interna e policiamento, portanto, são inócuas para o enfrentamento deste tipo de violência, gerada pela própria comunidade escolar.

Por outro lado, também neste sentido, não são percebidas estratégias e ações efetivas da escola no combate desta situação, o que é claramente preceituado na maioria dos programas de enfrentamento da violência.

De forma geral a visão dos educadores é de que a violência não tem suas origens na escola, e sim fora dela.

Lopes e Gasparin (2003) em sua pesquisa constata que a violência institucional produzida pela própria dinâmica da escola, praticamente não foi mencionada. Ele destaca o seguinte trecho extraído de depoimentos de professores: “a violência está, de modo geral, lá fora. Ela vem para a escola, vai se manifestar aqui na escola, mas ela vem de fora. Eu vejo assim, não a violência da escola, mas a violência se manifestando na escola”.

Esta visão funciona como uma cortina de fumaça que impede os educadores de entenderem o papel da escola na implantação de ações que possibilitem uma aproximação progressiva com a comunidade, adequação dos currículos aos assuntos da violência. O papel do professor é educar, e educar para uma cultura de não violência.

Njaine e Minayo (2003) apontaram em sua pesquisa que uma das principais dificuldades mencionadas pelos jovens, é de lidar com o descaso da escola e a violência verbal dos professores e funcionários, o que obstrui o diálogo e impede a correta orientação.

Ainda segundo Minayo (2003), de acordo com a visão dos alunos, a violência vem aumentando nas escolas pela agressividade dos próprios alunos, e a violência, sobretudo verbal dos professores e funcionários contra os jovens, a influência da mídia e a negligência da família. Também na visão dos professores a televisão é um problema, principalmente na veiculação da violência de forma banalizada. A implantação de políticas públicas tem sido provocada pela pressão exercida pela mídia, e acabam implantando medidas emergenciais e paliativas.

Para Débarbieux² (1996 citado por Spósito 2002), a discriminação, o preconceito, a falta de autoridade do mundo adulto e a incapacidade dos profissionais gerirem de forma democrática a escola, explicam parte das ocorrências de violência escolar.

Segundo Fernandes³ (1999, citado por Oliveira e Martins, 2007) ao praticar

² DÉBARBIEUX, Eric. *La violence en milieu scolaire 1 État des lieux*. Paris: ESF, 1996.

³ FERNANDES, D. N. et.al. (1999). Violência na escola (Relatórios Internos do Departamento de

atos de controle, abafa-se o que a violência está demonstrando em suas manifestações, desde depredações até agressões a professores e funcionários e entre os próprios alunos.

GRÁFICO 7 – AGRESSÃO FÍSICA A PROFESSORES



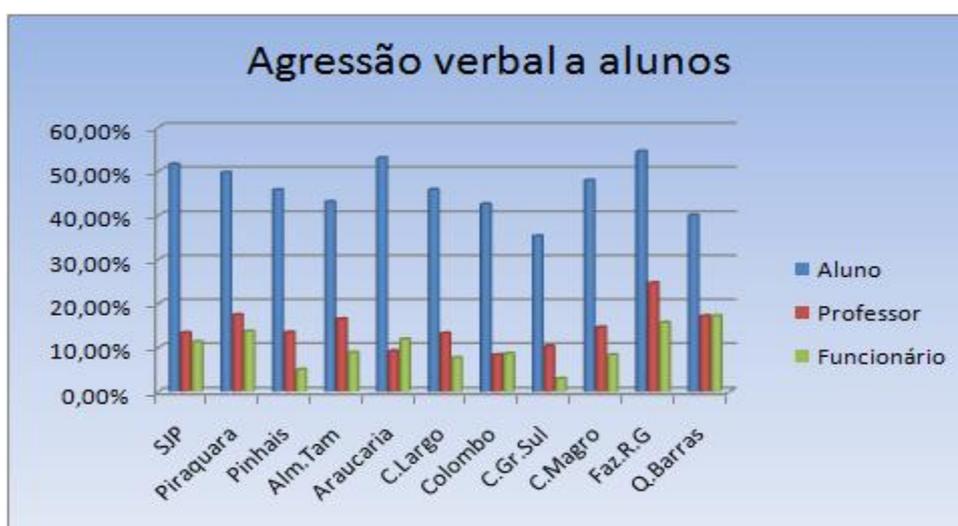
Fonte: INEP/Prova Brasil 2007 – Banco de dados

Este item apresenta-se em linhas gerais, inferior as médias nacionais e da RMC, porém o índice de 10%, sem dúvida, é muito relevante, indicando questões disciplinares graves e perda de autoridade por parte dos professores.

Arendt (1992) em seu livro *Entre o passado e o futuro*, relaciona a crise da autoridade na educação, com a crise da tradição. “é sobretudo difícil para o educador arcar com esse aspecto da crise moderna, pois é de seu ofício servir como mediador entre o velho e o novo, de tal modo que sua própria profissão lhe exige um respeito extraordinário pelo passado.” (1992:244).

Refletir sobre como desenvolvemos nosso trabalho, enquanto educadores é também necessário. Será que não estamos sendo “ponte” para a manifestação da violência?

GRÁFICO 8 – AGRESSÃO VERBAL A ALUNOS



Fonte: INEP/Prova Brasil 2007 – Banco de dados

GRÁFICO 9 – AGRESSÃO FÍSICA A ALUNOS



Fonte: INEP/Prova Brasil 2007 – Banco de dados

Fica evidenciado nos gráficos acima, o preocupante nível de agressões verbais e principalmente físicas entre os alunos. Com relação à agressão física os índices de SJP superam as médias dos outros estados e municípios, indicando a necessidade de atenção e aprofundamento para identificação das causas e origens desta agressividade.

Este se caracteriza como o principal componente da violência dentro da escola, e aquele que pode realmente ser considerado como a violência que tem sua origem dentro da própria escola, e que, portanto deveria ser enfrentado pela aplicação de estratégias e ações no âmbito escolar e pedagógico,

independentemente de políticas e programas de combate a violência geral e as condições sócio-econômicas.

Esse foi um dado relevante apontado, também, na pesquisa realizada pela RPC na campanha “PAZ sem Voz é Medo” onde aparece como a opção mais votada na maioria das escolas, seguida pelo vandalismo. A maioria absoluta dos entrevistados citaram, ainda, a necessidade de mais policiamento.

GRÁFICO 10 – ATOS DE VIOLÊNCIA DOS ALUNOS CONTRA OS PROFESSORES



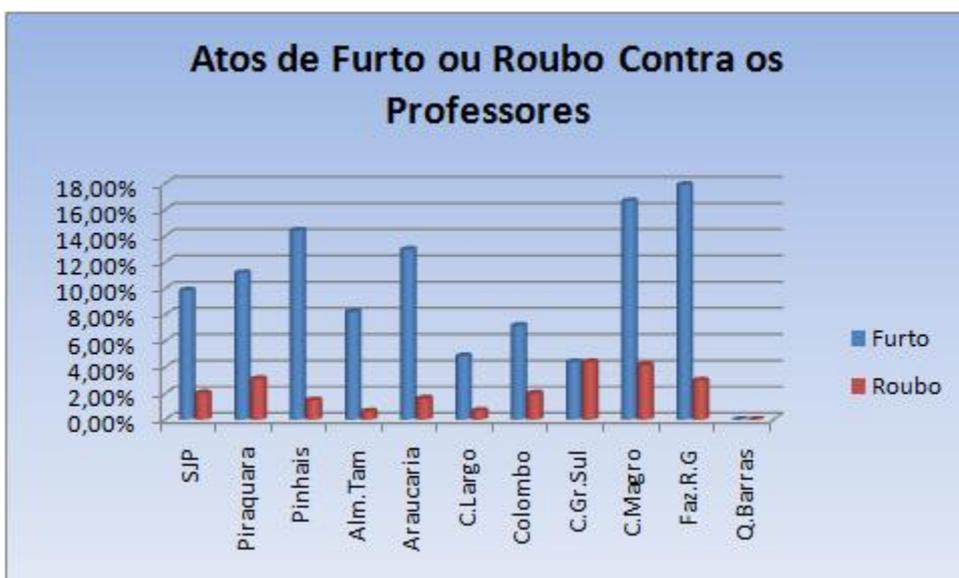
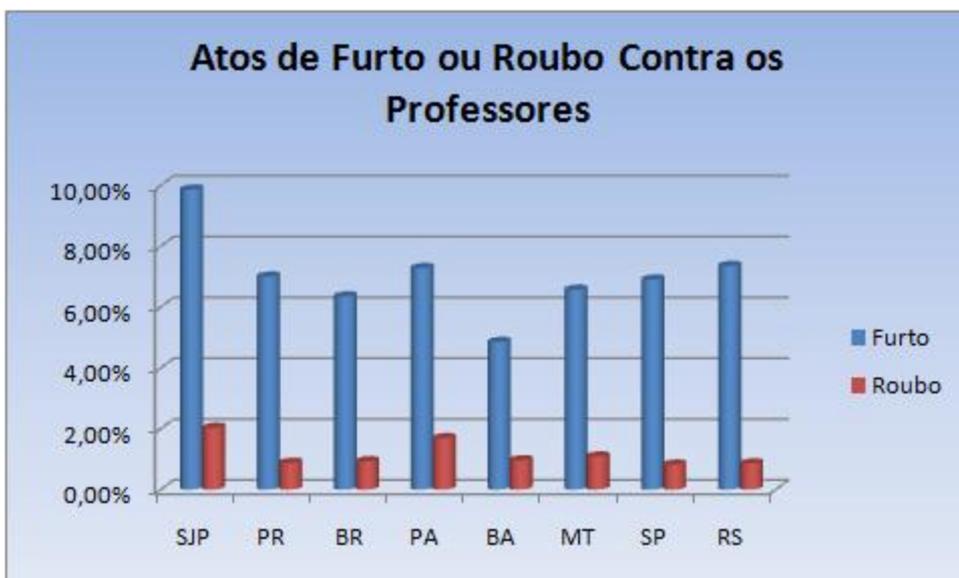
Fonte: INEP/Prova Brasil 2007 – Banco de dados

Nesta análise o que fica mais evidenciado é o índice de agressões físicas a professores que superam significativamente as médias nacionais e estaduais, e

posiciona-se dentre os mais elevados da RMC. Isto reforça ainda mais a aparente perda de autoridade por parte dos professores, e total desrespeito e indisciplina dos alunos.

A reflexão por parte dos educadores se faz presente no sentido de garantir que não estão sendo mediadores dessa mesma violência.

GRÁFICO 11 – ATOS DE FURTO OU ROUBO CONTRA OS PROFESSORES

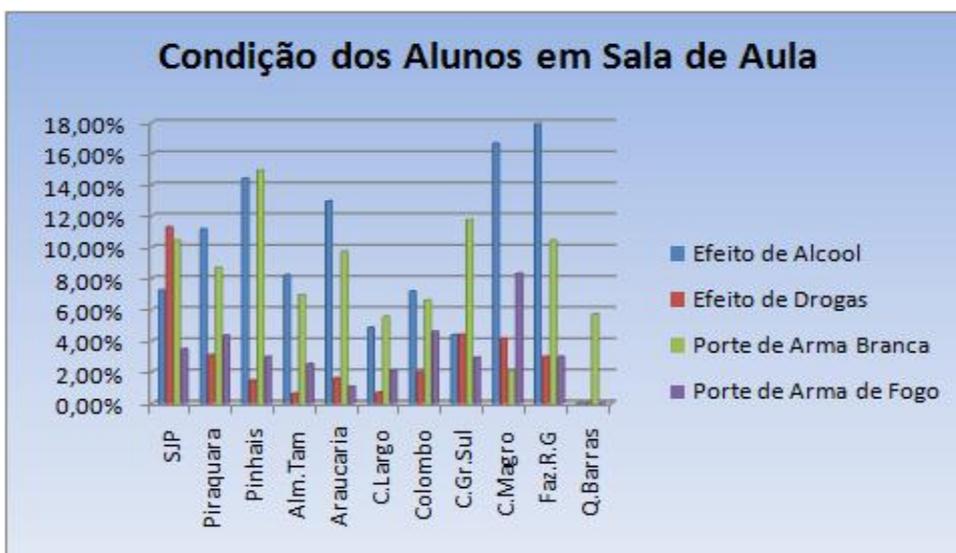
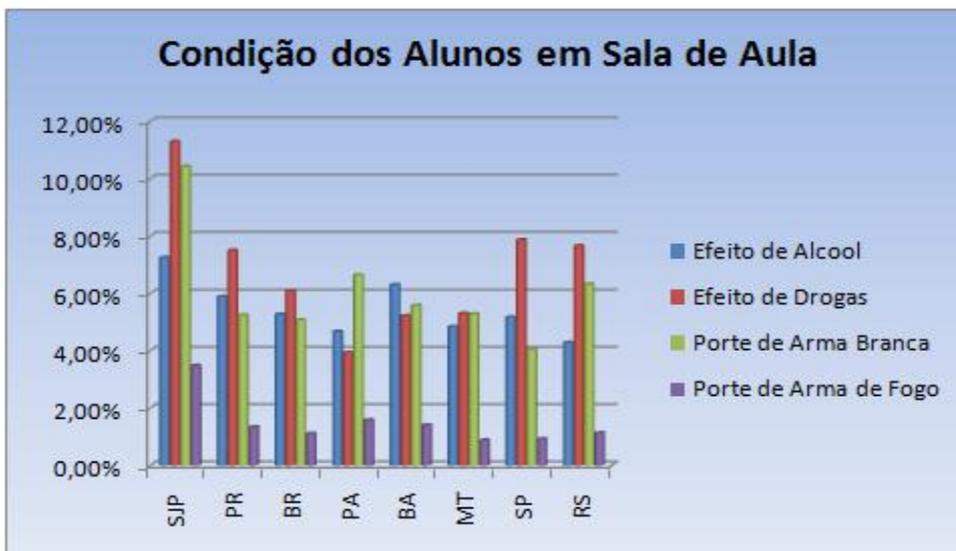


Fonte: INEP/Prova Brasil 2007 – Banco de dados

Os casos de roubos e furtos a professores também são um destaque negativo de SJP, com indicadores muito superiores a média nacional, de outras regiões e estados, mesmo no âmbito do estado do Paraná. Na RMC este indicador

tem variações importantes entre os municípios, e SJP se posiciona em ponto mediano.

GRÁFICO 12 – CONDIÇÕES DOS ALUNOS EM SALA DE AULA



Fonte: INEP/Prova Brasil 2007 – Banco de dados

Em todos os indicadores que se referem às condições que os alunos comparecem a escola, tais como; sob o efeito de álcool e/ou drogas, porte de arma branca ou de fogo, também o Município de SJP apresenta percentuais expressivamente superiores às médias nacionais. Praticamente estes mesmos níveis ocorrem nos principais municípios da RMC.

Segundo Minayo (2003) a identificação em sua pesquisa do porte de armas brancas e de fogo nas escolas, representa uma grande preocupação, em virtude da

baixa idade dos alunos e contribuição desses meios para o cenário de violência social.

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE DADOS

O Município de São José dos Pinhais apresenta indicadores de violência escolar significativamente superior às médias nacionais, estaduais e na maioria dos itens, também com relação aos municípios da região metropolitana de Curitiba.

Estes indicadores contêm componentes extremamente graves e preocupantes. Alunos sob o efeito de drogas com um percentual próximo a 12 %, praticamente o dobro da média nacional que chega a 6%. Da mesma forma o porte de arma branca e de fogo em São José dos Pinhais, apresenta uma incidência percentual que se aproxima de 10%, também o dobro das médias nacionais. Esta situação se reflete nos indicadores de ocorrências de atos de violência de maior gravidade.

De forma antagônica, os indicadores relativos ao questionário das Escolas, posicionam SJP de maneira até privilegiada com relação às condições estruturais e de segurança da escola e no seu entorno. Estrutura física, controle de acesso, policiamento etc.

Com relação à existência de policiamento, por exemplo, em SJP os indicadores superam a faixas de 50 %, sendo que a nível Brasil este índice não chega a 30 % e no Paraná por volta de 35 %.

A análise comparativa dos indicadores referentes às condições estruturais e do policiamento com relação à ocorrência de atos de violência contra professores e as condições que os alunos comparecem as salas de aula, levam a uma necessidade de maior aprofundamento e entendimento desta questão, no mínimo incoerente.

Enquanto SJP apresenta a existência de muros nas escolas, controles de acesso e saída, e policiamento com índices superiores a todas as médias, da mesma forma, SJP detém um nível extremamente superior de alunos em sala de aula sob o efeito de álcool e/ou drogas e portando armas brancas e de fogo.

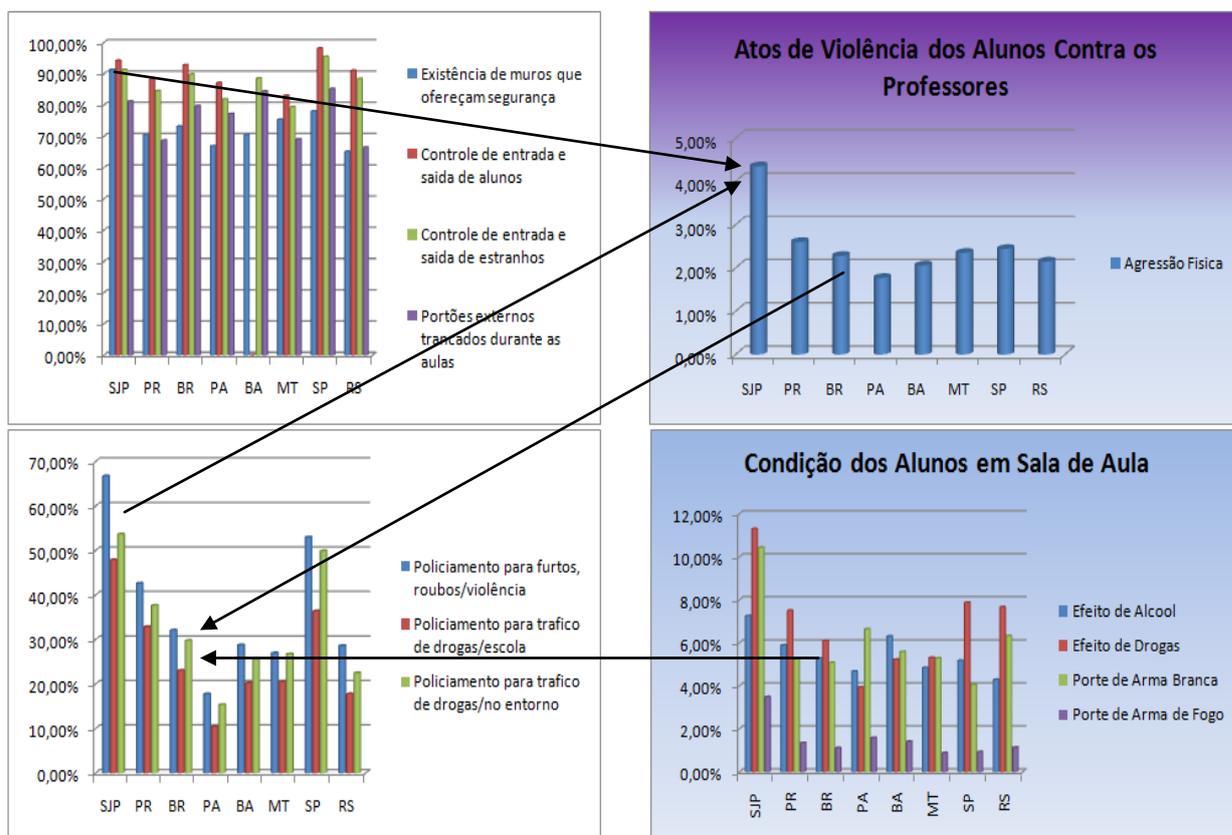
Diante desses dados, algumas hipóteses podem ser novamente levantadas.

As questões estruturais e de contenção da violência não tem efeito significativo na redução dos índices de ocorrências.

O que se destaca no caso de SJP é a gravidade das ocorrências, agressões, ameaças e atentados a vida, alunos alcoolizados e drogados em sala de aula.

Considerando as questões estruturais existentes e os elevados índices de ocorrência de atos de violência, principalmente os mais graves, as causas mais prováveis da violência nas escolas estão relacionadas ao contexto social, estrutura e violência familiar, trafico e consumo de drogas e, por outro lado, ao despreparo da escola e professores para atuar dentro deste contexto junto aos alunos e comunidade, e principalmente focando as ações e estratégias no enfrentamento das causas da violência que é originada dentro da própria escola, ou seja, agressões entre alunos, professores e funcionários.

GRÁFICO 13 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS INDICADORES REFERENTES AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DE POLICIAMENTO E OS ATOS DE VIOLÊNCIA

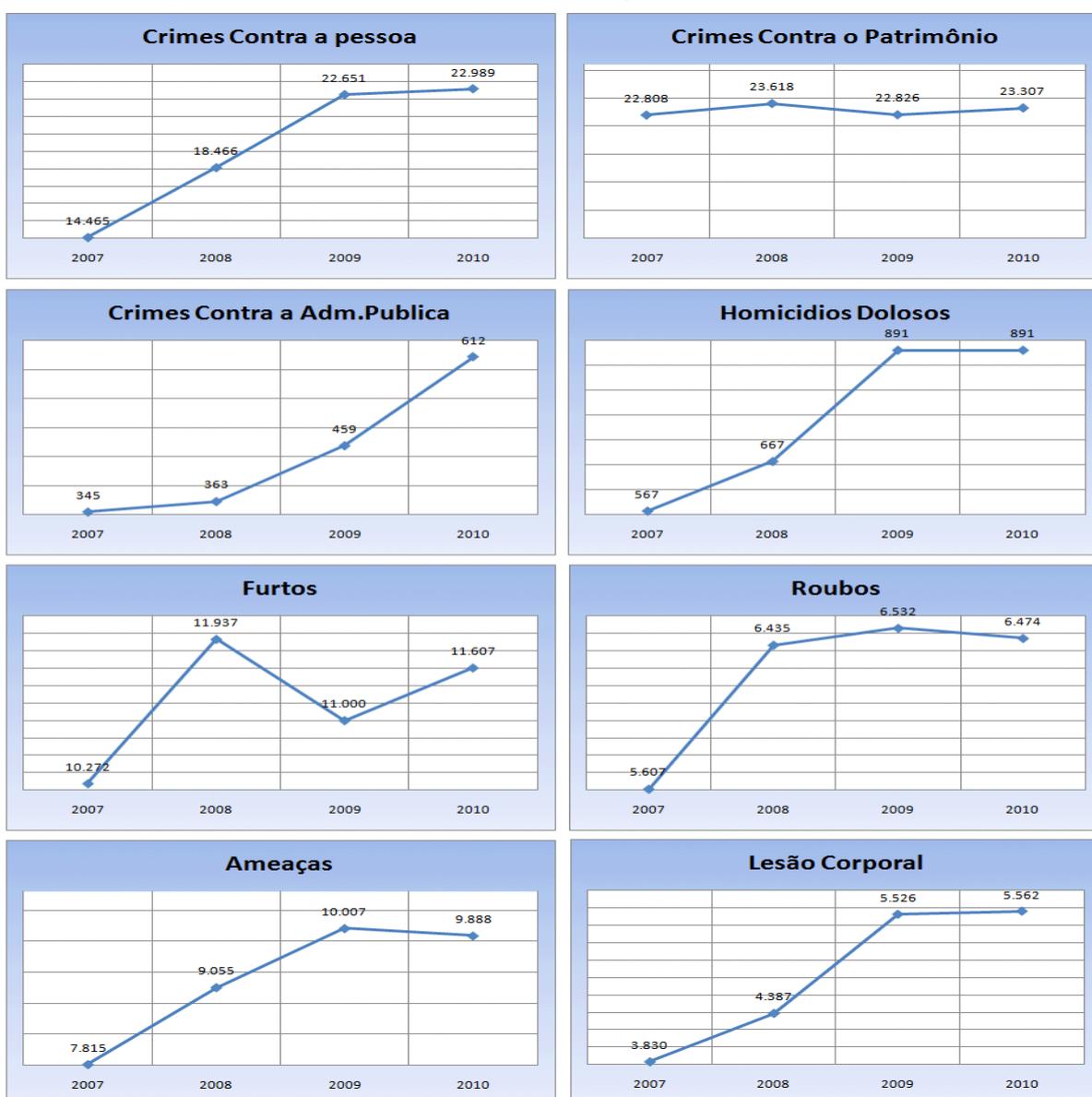


Fonte: INEP/Prova Brasil 2007 – Banco de dados

5 POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Para melhor análise e estabelecimento de hipóteses, principalmente com relação à efetividade na aplicação de políticas e programas de enfrentamento da violência, é indispensável à avaliação da progressão nos níveis de violência. A inexistência de indicadores específicos da violência na escola,

GRÁFICO 14 – ESTATÍSTICAS DE CRIMES REFERENTES A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA DO PARANÁ.



Fonte: SESP (2007)

Foram tabulados os dados dos relatórios estatísticos da Secretaria Estadual de Segurança do Paraná, referentes à região metropolitana de Curitiba no período de 2.007 a 2.010. As informações referem-se às informações fornecidas exclusivamente pela Polícia Civil e registradas no Sistema de Boletim de Ocorrência Unificado – (BOU).

TABELA 15 – ESTATÍSTICAS DE CRIMES REFERENTES A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA DO PARANÁ.

Crimes	2007	2008		2009		2010		Progressão
	Qtde.	Qtde.	Progressão	Qtde.	Progressão	Qtde.	Progressão	Acumulada
Contra a pessoa	14.465	18.466	28%	22.651	23%	22.989	1%	59%
Contra o patrimônio	22.808	23.618	4%	22.826	-3%	23.307	2%	2%
Contra a adm.pública	345	363	5%	459	26%	612	33%	77%
Homicídios Dolosos	567	667	18%	891	34%	891	0%	57%
Furtos	10.272	11.937	16%	11.000	-8%	11.607	6%	13%
Roubos	5.607	6.435	15%	6.532	2%	6.474	-1%	15%
Ameaças	7.815	9.055	16%	10.007	11%	9.888	-1%	27%
Lesão Corporal	3.830	4.387	15%	5.526	26%	5.562	1%	45%

Fonte: SESP (2007)

De acordo com a tabela de indicadores de crimes, pode-se verificar um crescimento muito significativo no período, praticamente em todos os indicadores.

Destacam-se os crimes contra a pessoa e homicídios dolosos, com uma evolução acumulada de 2.010 com relação a 2.007, na faixa de 60 %, e os crimes contra a administração pública, que atingiu uma variação de quase 80%.

Obviamente, as ações de violência contra a administração pública, incluem atos de vandalismo ao patrimônio das escolas, aspecto considerado de grande preocupação por parte de Diretores, Professores e Alunos. (Pesquisa RPC) Mais uma vez é reforçada a contradição entre as condições estruturais, vigilância interna e controles de acesso com relação a ocorrência de danos ao patrimônio das escolas.

Percebe-se que, no período da análise comparativa, não houve resultados efetivos com a implantação dos programas de enfrentamento da violência, no entanto, a análise das variações do ano de 2.010 com relação a 2.009, aponta uma tendência de estabilidade nos principais indicadores, exceção aos crimes contra a administração pública que em um ano teve um crescimento de 33 %.

A evolução no número de ocorrências registrada pela Secretaria de Segurança Pública, se reflete e pode ser verificada nos resultados da pesquisa com os professores. Os atos de violência contra professores, o alto índice de porte de armas, alcoolismo e uso de drogas em sala de aula, como também furtos e roubos, com elevados índices no Município de São José dos Pinhais e em toda região metropolitana, são compatíveis com o registro de ocorrências policiais.

Considerando que as iniciativas ligadas aos programas federais e estaduais, foram e estão sendo implementados prioritariamente nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, pode-se obter um indicativo quanto a tendência de diminuição nos indicadores de violência, com sua origem nos primeiros resultados destes esforços, apesar de pontuais e ainda incipientes. Aqui serão apresentados e analisados os seguintes programas:

5.1 PROGRAMAS E AÇÕES NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

5.1.1 Programa Atitude

Lançado em março 2.011 pelo governo do estado do Paraná, tem o objetivo geral de foco a superação das violências infanto-juvenil através da politização dos jovens para que eles possam se integrar do movimento de transformação administrativa, política e social do País e do mundo,

O programa se baseia em eixos como o fortalecimento das famílias, combate ao uso de drogas, combate à evasão escolar, criação de oportunidades de esporte, cultura e lazer, cursos profissionalizantes e a criação de redes de proteção para crianças e adolescentes.

Uma das principais estratégias do programa é a formação de líderes comunitários juvenis, sendo que os jovens que se engajarem no programa vão receber uma bolsa-auxílio para atuar em prol da comunidade onde moram.

As equipes multidisciplinares do Atitude serão formadas por psicólogos, assistentes sociais, professores de Educação Física, arte-educadores e cientistas

sociais.

A parceria entre a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais e o Governo do Paraná para implementação das ações do programa, já atendeu e orientou mais de 2 mil crianças e jovens em todo o município por meio de oficinas culturais, cursos profissionalizantes e investimento em infraestrutura. Uma das novas ações do programa na cidade é a ampliação e reforma de canchas poliesportivas.

As canchas são adequadas para a prática de diversos esportes, como vôlei e futebol de areia. Com as reformas, os jovens das comunidades atendidas poderão utilizar o espaço para praticar os esportes e também frequentar as oficinas esportivas realizadas pelo Programa Atitude.

Com o objetivo de atuar de forma preventiva no combate aos fatores que expõem os jovens a situações de vulnerabilidade e violência, todos os atendidos têm acesso a cursos profissionalizantes, oficinas desportivas e culturais, atividades lúdicas e de recreação.

O programa identifica não apenas os problemas dos jovens e crianças, mas também as dificuldades da família do jovem atendido.

Além da ampliação das canchas esportivas, o programa prevê a construção de laboratórios de informática e, também, do Espaço de Lazer da Juventude, um local destinado aos jovens, para desenvolvimento de atividades e oficinas de Esporte e Lazer, Cultura e Assistência Social.

5.1.2 Rede Protetiva

Considerando que ações repressivas são insuficientes para combater a violência, a Prefeitura de São José dos Pinhais, reunindo a comunidade e representantes da Segurança Pública, áreas de educação, saúde, assistência social, para a formação da Rede Protetiva, que a partir de reuniões mensais, facilita e incentiva o compartilhamento de fatos, ações e necessidades em comum.

A rede foi criada a partir da atuação do Projeto Nossa Guarda, que formou uma equipe de guardas municipais em SJP para uma atuação preventiva e amistosa junto à comunidade. A partir dela, se integraram representantes das diversas

entidades públicas como professores e diretores de escolas, conselheiros tutelares, agentes de saúde e a população.

O programa foi implementado no mês de Julho de 2.010, sendo o Jardim Ipê, bairro com elevados níveis de violência o primeiro a receber as ações. De acordo com representantes da comunidade o programa já apresenta resultados positivos.

Das reuniões da Rede Protetiva, participam representantes de cada entidade envolvida e das secretarias municipais, de cuja competência sejam os assuntos da pauta. A cada encontro as demandas podem variar, sendo que a secretaria de Segurança e a Guarda Municipal são envolvidas permanentemente.

5.1.3 COMUNSEG'S

A constituição dos COMUNSEG'S, conselhos comunitários municipais de segurança, tem como principal objetivo articular a participação da comunidade nos programas de prevenção da violência e criminalidade no nível local e servir como canal de expressão e participação dos seus moradores. Nesse sentido, o COMUNSEG representa localmente a parceria da comunidade com o poder público constituído. Ele deve funcionar como fórum de discussão e diagnóstico dos problemas comunitários, como também para definir as estratégias de ação na comunidade.

Já existem 13 (treze) Conselhos formados no Município de São José e são formados por funcionários da Secretaria Municipal de Segurança e Polícia Civil e Guarda Municipal.

Neste fórum são analisadas e discutidas todas as questões relacionadas a segurança pública e a violência. O conselho tem atuação no diagnóstico das causas da violência, tendo também caráter propositivo, elaborando e apresentando propostas para as políticas e ações de segurança para as suas comunidades e para o Município.

As ações são desenvolvidas em parceria com o Ministério da Justiça pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) com o projeto

Território de Paz.

Dentre as ações propostas e realizadas estão, a pavimentação e readequação de iluminação de ruas, implantação e ampliação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), a aquisição de equipamentos de informática para os Centros da Juventude, ampliações e readequações dos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI). Também são desenvolvidos projetos na área de assistência a saúde e culturais.

Ações específicas envolvem a comunidade no acompanhamento das questões da violência que atingem a escola, professores e alunos.

5.1.4 Pro – Jovem Urbano

Programa do governo Federal destina-se a incentivar a inclusão social dos jovens com idade entre 18 e 29 anos, e que não concluíram o ensino fundamental, e que necessitam serem re-inseridos na escola e no mercado de trabalho, gerando desenvolvimento humano e o exercício efetivo da cidadania.

A principal finalidade é a formação integral destes jovens, com formação básica, qualificação profissional e atuação social em suas comunidades.

Desta forma as finalidades e ações mais específicas se referem à escolaridade, capacitação profissional e busca de oportunidades de trabalho, participação em ações coletivas de interesse de suas comunidades, inclusão digital e acesso a cultura.

A Gestão compartilhada e integrada dos órgãos da administração de políticas da juventude, educação e cultura, trabalho, saúde e desenvolvimento social, é imprescindível para implementação do programa, de suas ações e para obtenção de resultados significativos.

O funcionamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Pro-Jovem tem como local prioritário de execução a escola.

O acesso à formação, ao trabalho e a cultura, a participação comunitária e o exercício da cidadania, a longo prazo, deve proporcionar expressivas mudanças no contexto social das comunidades, com reflexos extremamente positivos nos

indicadores da violência geral e escolar.

5.1.5 PRONASCI – PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o programa visa o enfrentamento à criminalidade no país, pela articulação de políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, em paralelo as estratégias de ordenamento social e segurança pública.

A valorização e qualificação dos profissionais de segurança pública; readequação e modernização do sistema penitenciário; combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência, representam os principais eixos de atuação do programa.

Estão previstos investimentos pelo governo federal na ordem de R\$ 6,707 bilhões até o fim de 2012, para o desenvolvimento e implantação do programa.

Jovens de 15 a 24 anos em vulnerabilidade social, marginalizados e prestes a cair na criminalidade ou já comprometidos em ações criminosas compõe também o público-alvo do programa.

A execução do Pronasci se dá pela mobilização das forças policiais e grupos comunitários. A articulação entre os representantes da sociedade civil e as diferentes forças de segurança – polícias civil e militar, corpo de bombeiros, guarda municipal, secretaria de segurança pública – é realizada pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). O Pronasci é coordenado por uma secretaria executiva em nível federal e regionalmente dirigido por uma equipe que atuará junto aos GGIM e tratará da implementação das ações nos municípios. A realização das ações no país é efetivada com a celebração de convênios com estados, municípios, organizações não-governamentais e organismos internacionais.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) é a responsável pela avaliação e acompanhamento do programa com a verificação de indicadores e avaliação do contexto econômico e social.

O Programa é composto por 94 ações que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade. Dentre estas ações, as de maior destaque são

as seguintes:

Bolsa-Formação – Incentivo a capacitação dos profissionais da segurança pública que tem direito a remuneração adicional desde que participem e sejam aprovados em cursos promovidos ou reconhecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Formação Policial - Cursos oferecidos pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), que envolve hoje 66 universidades brasileiras, entre públicas e particulares, e ainda telecentros para educação à distância. A meta é chegar a 80 instituições parceiras em todo o país em 2008.

Mulheres da Paz – Capacitação de mulheres líderes para atuarem como multiplicadoras do Programa, com a principal função de aproximar os jovens com os quais o Pronasci trabalhará.

Sistema Prisional – Ampliação de vagas no sistema penitenciário do país, com segregação de públicos específicos. Os jovens entre 18 e 24 anos terão unidades prisionais diferenciadas. O objetivo é separá-los por faixa etária e natureza do delito e impedir aqueles que cometeram pequenas infrações fiquem sujeitos a influência do crime organizado. A reestruturação do sistema prisional envolve ações que visam a qualificação de agentes penitenciários e a formação profissional de presos.

O Município de São José dos Pinhais já tem implantadas algumas ações do Pronasci em convênio com a União.

Protejo – Fornecimento de bolsas a jovens de territórios de maior vulnerabilidade e níveis de violência, para que atuam junto a outros rapazes, moças e suas famílias, contribuindo para o resgate da cidadania nas comunidades e de acordo com a filosofia passada a eles pelas Mulheres da Paz e pelas equipes multidisciplinares.

O Protejo busca a socialização de jovens por meio de encontros diários com educadores e profissionais sobre regras de convivência e opção pela cultura de paz, aprendizado sobre seus direitos e deveres, e cursos profissionalizantes. A partir do desempenho de cada um, os participantes poderão ser encaminhados para o mercado de trabalho, através de parcerias a serem estabelecidas com indústrias e outros segmentos que serão convidados a dar sua contrapartida social. Os jovens participantes têm gratuidade no transporte coletivo do município nos trajetos das casas dos jovens até o local de atividades do projeto. A liberação dos passes é feita

diariamente, de acordo com a frequência dos jovens no projeto.

As Mulheres da Paz são responsáveis pela busca e identificação e sensibilização dos de jovens no Território da Paz, que inclui as regiões do Guatupê e Borda do Campo. “Esses jovens, em situação de vulnerabilidade social, são levados a passarem por 12 meses de capacitação, formação, cidadania e inclusão digital, totalizando 800 horas”.

Estas ações são conduzidas de forma integrada aos Conselhos Comunitários de Segurança e aos demais projetos em implementação no Município.

De forma geral a fundamentação e principais objetivos dos diversos programas também serviram de base de outras iniciativas no passado.

Sposito (2002) exemplifica algumas medidas implementadas no Estado e no Município de São Paulo, que continham iniciativas para a Gestão Democrática das Escolas, interação com as comunidades e abertura do espaço escolar nos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais junto a comunidade. No período de 1989 a 1992 o Município de São Paulo lançou o programa “Pela Vida, não a violência”, que visava a formação de profissionais para agirem em situações de violência e de apoio as escolas na busca de autonomia para construção de seus próprios projetos educativos.

A autora menciona que o revezamento no poder e as questões político-partidárias impediram a continuidade necessária.

O projeto “Comunidade Presente” buscou também a Gestão Democrática e Cidadania, articulando as ações com o projeto pedagógico das escolas.

Lançado em 1999 pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, o projeto “Parceiros do Futuro”, buscou desenvolver ações que promoveram os jovens, a solidariedade, o respeito à pluralidade e um convívio social mais justo e ético.

Conclui a autora quanto à inexistência de estudos que verificassem a realização efetiva dos projetos.

Na visão de Liberal *et. al.* (2005), a escola é o ambiente ideal para a criação de uma “cultura de paz” e precisa ser vista como um espaço público, apresentando opções de lazer, esportivas e culturais para a comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA ESCOLAR

A principal questão a ser discutida refere-se às amplitudes e qualidades conceituais dos programas propostos, sua efetiva implantação e os resultados, a princípio, inexpressivos na redução dos indicadores de violência nas escolas. A análise desta distorção pode levar ao questionamento da ausência de vontade política e determinação da efetiva execução. A alternância dos governantes também gera a descontinuidade na implantação e efetivação das políticas e programas de enfrentamento da violência. Em seus estudos SPOSITO (2002) já menciona esta situação e as suas consequências negativas na efetivação dos programas.

Por outro lado não se pode desconsiderar a participação da própria escola na manifestação desse fenômeno. A falta de preparo dos profissionais, a negligência familiar, a pressão sofrida nesse meio, é certamente colaborativa.

A participação da comunidade é, sem dúvida, fundamental para que ocorram mudanças nesse cenário. No entanto, mudanças não ocorrem de um dia para outro, é preciso insistir, traçar estratégias que possam de fato atrair positivamente a comunidade.

Necessário se faz também a conscientização dos educadores para essa nova cultura. Pensar em ensinar a cidadania é, antes de tudo, ser exemplo de cidadão. Que exemplo de cidadão estamos sendo para os nossos alunos? Sabemos em que medida agir para que possamos fazer nosso papel e, ao mesmo tempo, cobrar o papel que cabe a família?

É necessário pensar no aluno integralmente, agir a partir da sua realidade, pois a violência, sem dúvida, se manifesta pela relação familiar, pela escola, pela sociedade. Se há solução para esse problema, com certeza envolve uma ação conjunta.

A complexidade do tema é evidente. Pesquisas pouco revelam, a não ser a confirmação de que é urgente a necessidade de mais estudos sobre o assunto. Os programas parecem não ser suficientes para, sequer, minimizar o problema.

Parece também, que não há como separar a violência escolar das outras formas de violência, uma vez que, a violência perpassa todos os níveis de relacionamento. Quando consideramos que a desigualdade e a violência sociais são condicionantes da violência que se expressa na escola, percebemos os limites

que políticas que se voltem a essa instituição tem no enfrentamento do problema. Entretanto, isso não exige a escola e os gestores educacionais, no plano do sistema e da unidade escolar, de reconhecer o problema e empreender ações que busquem garantir condições de segurança que permitam o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. DEBATE: **Violência, mediação e convivência na escola.** *Ministério da Educação, Boletim Nº 23/ novembro de 2005.*

ARENDT, H. **Da Violência/On Violence.** Tradução Maria Cláudia Drummond. Publicação original 1969/1970, 2004, pág. 35-36.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família.** Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981. p. 278.

CANDAU, V. M. **Direitos humanos, violência e cotidiano escolar.** *In: CANDAU, V. M. (Org.) Reinventar a escola.* Petrópolis: Vozes, 2000. p.139.

CANO, I. **Violência nas escolas: uma forma de exclusão social.** *Ministério da Educação, Boletim Nº 23/ novembro de 2005.*(Programa)

ERIKSON, E. H. **Infância e Sociedade.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1987.

FREIRE COSTA, J - **Violência e psicanálise.** Rio de Janeiro: Graal, 1984. p.34.

FREUD, S - **Por qué la guerra? -Carta de Freud a Einstein,** 1933. p. 132.

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o Inconsciente.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

LIBERAL, E. F.; AIRES, R. T.; AIRES, M. T.; OSÓRIO, A. C. **Escola segura.** *Jornal da Pediatria (Rio de Janeiro) 2005;81(5 Supl): S 155-163*

LOPES C.S.; GASPARIN, J.L. **Violência e conflitos na escola: desafios à prática docente.** *Acta Sci. Human Soc. Sci., Maringá, v. 25, n. 2, p. 295-304, 2003.*

MARCONDES F. C. **Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira.** *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, vol.15, n.2, pp. 20-27. ISSN 0102-8839.

NJAINÉ, K.; MINAYO, M. C. S. **Violência na escola: identificando pistas para a prevenção.** *Interface – Comunic, Saúde, Educ, V7, n.13, p.119-134, 2003.*

OLIVEIRA, É. C. S.; MARTINS, S. T. F. **Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo à falência da palavra.** Psicologia & Sociedade (jan/abr 2007), 19 (1): 90-98.

PROVA BRASIL 2007/DADOS/QUESTIONÁRIOS. Acessado em 08/07/2011: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>

SPOSITO, M. P. – **Percepções sobre jovens nas políticas públicas de redução da violência em meio escolar.** Pro-Posições (set/dez 2002) vol. 13 (39), Nº 3, 71-83.

VIOLÊNCIA NA GRANDE CURITIBA CONTINUA CRESCENDO: acessado em 09/06/2011: <http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/442360/>

ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO INEP/PB PROFESSORES

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO INEP/PB ESCOLA

ANEXO 3 – DADOS INEP/PB QUESTIONÁRIO PROFESSORES

ANEXO 4 – DADOS INEP/PB QUESTIONÁRIO ESCOLA

ANEXO A – QUESTIONÁRIO INEP/PROFESSOR

QUESTÕES CONSIDERADAS: 95 À 111.



O

Senhor(a) Professor(a),

Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, as transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos municípios, estados e Distrito Federal estão vinculadas à adesão ao Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) — instrumentos que são fundamentais para a melhoria do **Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**.

O Ministério da Educação instituiu o IDEB, calculado com base em dois pilares: a) as informações sobre rendimento escolar do Censo Escolar da Educação Básica (aprovação, reprovação e abandono); e b) as informações sobre o desempenho dos estudantes resultantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Reinstituído por Portaria Ministerial, em 2005, o SAEB passou a ser composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEAB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) – também conhecida como Prova Brasil. Ambas têm como objetivo principal oferecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas de educação no Brasil.

Nesse Sistema, busca-se identificar os níveis de qualidade da educação brasileira por meio da avaliação do desempenho dos alunos em momentos conclusivos de diversas etapas de seu percurso escolar, ao mesmo tempo em que se contextualiza, por meio de estratégias que incluem a aplicação de questionários, as condições em que o ensino acontece.

O presente questionário, parte integrante dos processos avaliativos, tem como objetivo coletar dados acerca da formação profissional, das práticas pedagógicas e do perfil socioeconômico e cultural dos professores das turmas em que a avaliação está sendo aplicada. Para cada aspecto avaliado, preencha, na **FOLHA DE RESPOSTAS**, o campo correspondente à resposta que você considera mais adequada. Utilize caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não se esqueça de informar o nome da(s) turma(s) em que você leciona, nesta escola, na série avaliada.

A sua colaboração, ao preencher este questionário, será de grande valia para o êxito da avaliação e para o aprimoramento da educação brasileira. Esclarecemos que não existe identificação do respondente, interessando ao MEC apenas as informações prestadas.

1. SEXO

- (A) Masculino.
- (B) Feminino.

2. IDADE

- (A) Até 24 anos.
- (B) De 25 a 29 anos.
- (C) De 30 a 39 anos.
- (D) De 40 a 49 anos.
- (E) De 50 a 54 anos.
- (F) 55 anos ou mais.

3. COMO VOCÊ SE CONSIDERA?

- (A) Branco(a).
- (B) Pardo(a).
- (C) Preto(a).
- (D) Amarelo(a).
- (E) Indígena.

4. DAS OPÇÕES ABAIXO, ASSINALE A QUE MELHOR DESCREVE O SEU NÍVEL MÁXIMO DE ESCOLARIDADE ATÉ A GRADUAÇÃO.

- (A) Menos que o Ensino Médio (antigo 2.º grau).
- (B) Ensino Médio – Magistério (antigo 2.º grau).
- (C) Ensino Médio – Outros (antigo 2.º grau).
- (D) Ensino Superior – Pedagogia.
- (E) Ensino Superior – Licenciatura em Matemática.
- (F) Ensino Superior – Licenciatura em Letras.
- (G) Ensino Superior – Escola Normal Superior.
- (H) Ensino Superior – Outros.

5. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ OBTEVE O NÍVEL DE ESCOLARIDADE ASSINALADO ANTERIORMENTE?

- (A) Há 2 anos ou menos.
- (B) De 3 a 7 anos.
- (C) De 8 a 14 anos.
- (D) De 15 a 20 anos.
- (E) Há mais de 20 anos.

6. EM QUE TIPO DE INSTITUIÇÃO VOCÊ FEZ O CURSO SUPERIOR? SE VOCÊ ESTUDOU EM MAIS DE UMA INSTITUIÇÃO, ASSINALE AQUELA EM QUE OBTEVE O SEU TÍTULO PROFISSIONAL.

- (A) Pública federal.
- (B) Pública estadual.
- (C) Pública municipal.
- (D) Privada.
- (E) Não se aplica.

7. QUAL ERA A NATUREZA DESSA INSTITUIÇÃO?

- (A) Faculdade isolada.
- (B) Centro Universitário.
- (C) Universidade.
- (D) Não se aplica.

8. DE QUE FORMA VOCÊ REALIZOU O CURSO SUPERIOR?

- (A) Presencial.
- (B) Semi-presencial.
- (C) A distância.
- (D) Não se aplica.

9. INDIQUE A MODALIDADE DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MAIS ALTA TITULAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.

- (A) Atualização (mínimo de 180 horas).
- (B) Especialização (mínimo de 360 horas).
- (C) Mestrado.
- (D) Doutorado.
- (E) Não fiz ou ainda não completei curso de pós-graduação.

10. INDIQUE QUAL A ÁREA TEMÁTICA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MAIS ALTA TITULAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.

- (A) Educação, enfatizando alfabetização.
- (B) Educação, enfatizando educação matemática.
- (C) Educação – outras ênfases.
- (D) Outras áreas que não a Educação.
- (E) Não se aplica.

11. VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO ETC) NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?

- (A) Sim.
- (B) Não. **(Passe para a questão 14).**

12. QUAL A CARGA HORÁRIA DA ATIVIDADE QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS RELEVANTE DA QUAL PARTICIPOU?

- (A) Menos de 20 horas.
- (B) De 21 a 40 horas.
- (C) De 41 a 80 horas.
- (D) Mais de 80 horas

13. VOCÊ UTILIZA OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A MELHORIA DE SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA?

- (A) Quase sempre.
- (B) Eventualmente.
- (C) Quase nunca.
- (D) Não contribuíram em nada.

14. NESTA ESCOLA, QUAL O SEU SALÁRIO BRUTO (COM ADICIONAIS, SE HOVER) COMO PROFESSOR(A)?

- (A) Até R\$ 380,00.
- (B) De R\$ 381,00 a R\$ 500,00.
- (C) De R\$ 501,00 a R\$ 700,00.
- (D) De R\$ 701,00 a R\$ 900,00.

- (E) De R\$ 901,00 a R\$ 1.100,00.
- (F) De R\$ 1.101,00 a R\$ 1.300,00.
- (G) De R\$ 1.301,00 a R\$ 1.500,00.
- (H) De R\$ 1.501,00 a R\$ 1.700,00.
- (I) De R\$ 1.701,00 a R\$ 1.900,00.
- (J) De R\$ 1.901,00 a R\$ 2.300,00.
- (L) De R\$ 2.301,00 a R\$ 2.700,00.
- (M) De R\$ 2.701,00 a R\$ 3.100,00.
- (N) Mais de R\$ 3.100,00.

15. ALÉM DA ATIVIDADE COMO DOCENTE NESTA ESCOLA, VOCÊ EXERCE OUTRA ATIVIDADE QUE CONTRIBUI PARA SUA RENDA PESSOAL?

- (A) Sim, na área de Educação.
- (B) Sim, fora da área de Educação.
- (C) Não. **(Passe para a questão 17).**

**16. QUAL O SEU SALÁRIO BRUTO (COM ADICIONAIS, SE HOVER) COMO PROFESSOR(A)?
(Soma de tudo o que você ganha como professor(a))**

- (A) Até R\$ 380,00.
- (B) De R\$ 381,00 a R\$ 500,00.
- (C) De R\$ 501,00 a R\$ 700,00.
- (D) De R\$ 701,00 a R\$ 900,00.
- (E) De R\$ 901,00 a R\$ 1.100,00.
- (F) De R\$ 1.101,00 a R\$ 1.300,00.
- (G) De R\$ 1.301,00 a R\$ 1.500,00.
- (H) De R\$ 1.501,00 a R\$ 1.700,00.
- (I) De R\$ 1.701,00 a R\$ 1.900,00.
- (J) De R\$ 1.901,00 a R\$ 2.300,00.
- (L) De R\$ 2.301,00 a R\$ 2.700,00.
- (M) De R\$ 2.701,00 a R\$ 3.100,00.
- (N) Mais de R\$ 3.100,00.

17. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ ESTÁ LECIONANDO?

- (A) Há menos de 1 ano.
- (B) De 1 a 2 anos.
- (C) De 3 a 5 anos.
- (D) De 6 a 9 anos.
- (E) De 10 a 15 anos.
- (F) De 15 a 20 anos.
- (G) Há mais de 20 anos.

18. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ TRABALHA NESTA ESCOLA?

- (A) Há menos de 1 ano.
- (B) De 1 a 2 anos.
- (C) De 3 a 5 anos.
- (D) De 6 a 9 anos.
- (E) De 10 a 15 anos.
- (F) De 15 a 20 anos.
- (G) Há mais de 20 anos.

19. CONSIDERANDO TODA A SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ MINISTRA AULAS PARA ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S)?

- (A) Até 2 anos.
- (B) De 3 a 4 anos.
- (C) De 5 a 6 anos.
- (D) De 7 a 8 anos.
- (E) Mais de 8 anos.

20. NESTA ESCOLA, QUAL A SUA CARGA HORÁRIA SEMANAL? (Considere a carga horária contratual: horas-aula mais horas para atividades, se houver.)

- (A) Menos de 16 horas-aula.
- (B) De 16 a 19 horas-aula.
- (C) 20 horas-aula.
- (D) De 21 a 23 horas-aula.
- (E) De 24 a 25 horas-aula.
- (F) De 26 a 29 horas-aula.
- (G) 30 horas-aula.
- (H) De 31 a 35 horas-aula.
- (I) De 36 a 39 horas-aula.
- (J) 40 horas-aula.
- (L) Mais de 40 horas-aula.

21. EM QUANTAS ESCOLAS VOCÊ TRABALHA?

- (A) Apenas nesta escola. **(Passe para a questão 23).**
- (B) Em 2 escolas.
- (C) Em 3 escolas.
- (D) Em 4 ou mais escolas.

22. AO TODO, QUANTAS HORAS-AULA VOCÊ MINISTRA POR SEMANA? (Não considere aulas particulares)

- (A) Menos de 16 horas.
- (B) De 16 a 19 horas.
- (C) 20 horas.
- (D) De 21 a 23 horas.
- (E) De 24 a 25 horas.
- (F) De 26 a 29 horas.
- (G) 30 horas.
- (H) De 31 a 35 horas.
- (I) De 36 a 39 horas.
- (J) 40 horas.
- (L) Mais de 40 horas.

23. QUAL É A SUA SITUAÇÃO TRABALHISTA NESTA ESCOLA? (Marque apenas UMA opção)

- (A) Estatutário.
- (B) CLT.
- (C) Prestador de serviço por contrato temporário.
- (D) Prestador de serviço sem contrato.
- (E) Outras.

AS ATIVIDADES (DE LÍNGUA PORTUGUESA) QUE VOCÊ REALIZA COM OS ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S) TÊM POSSIBILITADO AOS ALUNOS (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

	Semanalmente	Algumas vezes por mês	Uma vez por mês	Uma vez por bimestre	Nunca
24. copiar textos extensos do livro didático ou do quadro de giz (quadro-negro ou lousa).	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
25. conversar sobre textos de jornais e revistas.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
26. fazer exercícios sobre gramática relacionados com textos de jornais ou revistas.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
27. automatizar o uso de regras gramaticais.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
28. ler, discutir com colegas e escrever textos relacionados com o desenvolvimento de projeto temático.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
29. ler contos, crônicas, poesias ou romances.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
30. conversar sobre contos, crônicas, poesias ou romances.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
31. usar contos, crônicas, poesias ou romances para exercitar aspectos da gramática.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
32. fixar os nomes de conceitos gramaticais e lingüísticos.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
33. discutir um texto, explorando as diferenças entre fatos e opiniões.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

AS ATIVIDADES (DE MATEMÁTICA) QUE VOCÊ REALIZA COM OS ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S) TÊM POSSIBILITADO AOS ALUNOS (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

	Semanalmente	Algumas vezes por mês	Uma vez por mês	Uma vez por bimestre	Nunca
34. fazer exercícios para automatizar procedimentos.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
35. lidar com problemas que exigem raciocínios diferentes e mais complexos que a maioria dos exemplos usuais.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
36. falar sobre suas soluções, discutindo os caminhos usados para encontrá-las.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
37. gravar as regras que permitem obter as respostas certas dos cálculos e problemas.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
38. lidar com temas que aparecem em jornais e/ou revistas, discutindo a relação dos temas com a Matemática.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

39.	interpretar resultados numéricos obtidos para dar uma resposta adequada ao problema.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
40.	lidar com situações que lhes sejam familiares e que apresentem temas do interesse dos alunos.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
41.	experimentar diferentes modos de resolver um problema ou de efetuar um cálculo.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
42.	aprimorar a precisão e a velocidade de execução de cálculos.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
43.	experimentar diferentes ações (coletar informações recortar, analisar, explorar, discutir, manipular etc.) para resolver problemas.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

INDIQUE SE VOCÊ UTILIZA OU NÃO NESTA ESCOLA: (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

	Sim, utilizo.	Não utilizo porque não acho necessário.	Não utilizo porque a escola não tem.
44. Computadores	(A)	(B)	(C)
45. Internet	(A)	(B)	(C)
46. Fitas de vídeo ou DVD	(A)	(B)	(C)
47. Jornais e revistas informativas	(A)	(B)	(C)
48. Livros de consulta para os professores	(A)	(B)	(C)
49. Livros de leitura	(A)	(B)	(C)
50. Livros didáticos	(A)	(B)	(C)
51. Retroprojektor	(A)	(B)	(C)
52. Máquina copiadora	(A)	(B)	(C)

53. COMO FOI DESENVOLVIDO O PROJETO PEDAGÓGICO DESTA ESCOLA NESTE ANO?

- (A) Pela aplicação de modelo encaminhado pela Secretaria de Educação.
- (B) Foi elaborado pelo(a) diretor(a).
- (C) O(A) diretor(a) elaborou uma proposta de projeto, apresentou-a aos professores para sugestões e depois chegou à versão final.
- (D) Os professores elaboraram uma proposta e, com base nela, o diretor chegou à versão final.
- (E) Foi elaborado pelo(a) diretor(a) e por uma equipe de professores.
- (F) De outra maneira.
- (G) Não sei como foi desenvolvido.
- (H) Não existe Projeto Pedagógico.

54. CONSELHO DE CLASSE É UM ÓRGÃO FORMADO POR TODOS OS PROFESSORES QUE LECIONAM EM CADA TURMA/SÉRIE. NESTE ANO, QUANTAS VEZES SE REUNIRAM OS CONSELHOS DE CLASSE DESTA ESCOLA?

- (A) Uma vez.
 (B) Duas vezes.
 (C) Três vezes ou mais.
 (D) Nenhuma vez.
 (E) Não existe Conselho de Classe.

55. QUANTO DOS CONTEÚDOS PREVISTOS VOCÊ CONSEGUIU DESENVOLVER COM OS ALUNOS DA(S) TURMA(S) AVALIADA(S), NESTE ANO?

- (A) Menos de 40%.
 (B) Entre 40% e 60%.
 (C) Entre 60% e 80%.
 (D) Mais de 80%.

QUANTOS DOS ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S) VOCÊ ACHA QUE (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

	Quase todos os alunos.	Um pouco mais da metade dos alunos.	Um pouco menos da metade dos alunos.	Poucos alunos.	Não sei.
56. concluirão o Ensino Fundamental (8. ^a série)?	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
57. concluirão o Ensino Médio?	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
58. entrarão para a Universidade?	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

ALGUMAS AFIRMAÇÕES SÃO USADAS PARA EXPLICAR AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS. ASSINALE SUA POSIÇÃO, CONSIDERANDO A SITUAÇÃO DOS ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S). (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

	Concordo	Discordo
59. São localizadas na escola devido à carência de infra-estrutura física e/ou pedagógica.	(A)	(B)
60. Estão relacionadas aos conteúdos curriculares, que são inadequados às necessidades dos alunos.	(A)	(B)
61. São decorrentes do ambiente de insegurança física da escola.	(A)	(B)
62. Encontram-se na escola, que oferece poucas oportunidades de desenvolvimento das capacidades intelectuais do aluno.	(A)	(B)
63. Estão relacionadas ao não-cumprimento do conteúdo curricular.	(A)	(B)
64. Relacionam-se à sobrecarga de trabalho do(as) professores(as), dificultando o planejamento e o preparo das aulas.	(A)	(B)
65. São decorrentes da indisciplina dos alunos em sala de aula.	(A)	(B)
66. Ocorrem devido ao baixo salário dos professores, que gera insatisfação e desestímulo para a atividade docente.	(A)	(B)
67. São decorrentes do meio em que o aluno vive.	(A)	(B)
68. São decorrentes do nível cultural dos pais dos alunos.	(A)	(B)
69. Estão relacionadas à falta de assistência e acompanhamento da família nos deveres de casa e pesquisas dos alunos.	(A)	(B)

70.	Ocorrem devido à falta de aptidão e habilidades do aluno.	(A)	(B)
71.	Ocorrem devido ao desinteresse e falta de esforço do aluno.	(A)	(B)
72.	Estão vinculadas à baixa auto-estima dos alunos.	(A)	(B)

OS ITENS DE 73 A 87 APRESENTAM ALGUMAS AFIRMAÇÕES. INDIQUE SEU GRAU DE CONCORDÂNCIA/DISCORDÂNCIA COM CADA UMA DELAS. (Marque apenas UMA das duas alternativas.)

	Concordo totalmente	Concordo	Neutro	Discordo	Discordo totalmente	
73.	O(A) diretor(a) me anima e me motiva para o trabalho.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
74.	Tenho plena confiança no(a) diretor(a) como profissional.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
75.	O(a) diretor(a) consegue que os professores se comprometam com a escola.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
76.	O(a) diretor(a) estimula as atividades inovadoras.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
77.	O(a) diretor(a) dá atenção especial a aspectos relacionados com a aprendizagem dos alunos.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
78.	O(a) diretor(a) dá atenção especial aos aspectos relacionados com as normas administrativas.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
79.	O(a) diretor(a) dá atenção especial aos aspectos relacionados com a manutenção da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
80.	Sinto-me respeitado(a) pelo(a) diretor(a).	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
81.	Respeito o(a) diretor(a).	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
82.	Participo das decisões relacionadas com o meu trabalho.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
83.	A equipe de professores leva em consideração minhas idéias.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
84.	Eu levo em consideração as idéias de outros colegas.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
85.	O ensino que a escola oferece aos alunos é muito influenciado pela troca de idéias entre os professores.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
86.	Os professores desta escola procuram coordenar o conteúdo das disciplinas entre as diferentes séries.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
87.	O diretor, professores e demais membros da equipe da escola colaboram para fazer esta escola funcionar bem.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

AS PERGUNTAS DE 88 A 95 APRESENTAM ALGUNS PROBLEMAS QUE PODEM OCORRER NAS ESCOLAS. RESPONDA SE CADA UM DELES OCORREU OU NÃO NESTE ANO. CASO TENHA OCORRIDO, ASSINALE SE FOI OU NÃO UM PROBLEMA GRAVE, DIFICULTANDO O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA. (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

Ocorreu na Escola	Não	Sim, mas não foi um problema grave.	Sim, e foi um problema grave
88. insuficiência de recursos financeiros?	(A)	(B)	(C)
89. inexistência de professores para algumas disciplinas ou séries?	(A)	(B)	(C)
90. carência de pessoal administrativo?	(A)	(B)	(C)
91. carência de pessoal de apoio pedagógico (coordenador, supervisor, orientador educacional)?	(A)	(B)	(C)
92. falta de recursos pedagógicos?	(A)	(B)	(C)
93. alto índice de faltas por parte de professores?	(A)	(B)	(C)
94. alto índice de faltas por parte de alunos?	(A)	(B)	(C)
95. problemas disciplinares causados pelos alunos?	(A)	(B)	(C)

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

SOBRE OS FATOS LISTADOS ABAIXO, DIGA SE ELAS ACONTECERAM OU NÃO ESTE ANO NESTA ESCOLA.

	QUEM FOI O AGRESSOR?					
	Aluno (1)		Professor (2)		Funcionário (3)	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
96. Agressão verbal a professores	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
97. Agressão física a professores	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
98. Agressão verbal a alunos	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
99. Agressão física a alunos	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
100. Agressão verbal a funcionários	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
101. Agressão física a funcionários	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)

SOBRE OS FATOS LISTADOS ABAIXO, DIGA SE ELES ACONTECERAM OU NÃO ESTE ANO, ENQUANTO VOCÊ MINISTRAVA AULAS, NA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S) NESTA ESCOLA.

	Sim	Não
102. Você foi vítima de atentado à vida?	(A)	(B)
103. Você foi ameaçado por algum aluno?	(A)	(B)
104. Você foi agredido verbalmente por algum aluno?	(A)	(B)
105. Você foi agredido fisicamente por algum aluno?	(A)	(B)
106. Você foi vítima de furto?	(A)	(B)
107. Você foi vítima de roubo (com uso de violência)?	(A)	(B)
108. Alunos freqüentaram as suas aulas sob efeito de bebida alcoólica?	(A)	(B)
109. Alunos freqüentaram as suas aulas sob efeito de drogas ilícitas?	(A)	(B)
110. Alunos freqüentaram as suas aulas portando arma branca (facas, canivetes etc.)?	(A)	(B)
111. Alunos freqüentaram as suas aulas portando arma de fogo?	(A)	(B)

112. VOCÊ CONHECE OS RESULTADOS DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)?

(A) Sim.

(B) Não.

113. A SUA ESCOLA PARTICIPOU DA PROVA BRASIL 2005?

(A) Sim.

(B) Não.

114. OS ALUNOS DA(S) TURMA(S) EM QUE VOCÊ LECIONA TÊM LIVROS DIDÁTICOS?

(A) Sim, todos têm.

(B) Sim, a maioria tem.

(C) Sim, metade da turma tem.

(D) Sim, menos da metade da turma tem.

(E) Não, esta turma não recebeu o livro didático.

115. OS ALUNOS DA(S) TURMA(S) EM QUE VOCÊ LECIONA RECEBERAM O LIVRO DIDÁTICO NO INÍCIO DO ANO LETIVO?

(A) Sim.

(B) Não.

116. NA ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO UTILIZADO NA(S) TURMA(S) EM QUE VOCÊ LECIONA, FOI CONSULTADO O “GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS” DA SEF/MEC?

(A) Sim.

(B) Não.

117. PARA A DISCIPLINA QUE VOCÊ MINISTRA, COMO FOI ESCOLHIDO O LIVRO DIDÁTICO UTILIZADO NA(S) TURMA(S) AVALIADA(S)?

(Escolha apenas UMA alternativa de resposta)

- (A) Escolhi junto com outros professores.
- (B) O coordenador pedagógico, o orientador educacional e o diretor escolheram depois de consultar a equipe de professores da disciplina.
- (C) O coordenador pedagógico e/ou orientador educacional escolheu sozinho.
- (D) O diretor escolheu sozinho.
- (E) O livro foi escolhido por órgãos de gerência externa à escola.
- (F) Não sei como este livro foi escolhido.
- (G) Não utilizo livro didático nestas turmas.

118. O LIVRO DIDÁTICO ESCOLHIDO FOI O RECEBIDO?

- (A) Sim.
- (B) Não.

119. COMO VOCÊ CONSIDERA O(S) LIVRO(S) DIDÁTICO(S) UTILIZADO(S) POR VOCÊ NA(S) DISCIPLINA(S) QUE VOCÊ MINISTRA NA(S) TURMA(S) AVALIADA(S)?

- (A) Ótimo.
- (B) Bom.
- (C) Razoável.
- (D) Ruim.

ANEXO B – QUESTIONÁRIO INEP/ESCOLA

FORAM ANALISADAS SOMENTE AS QUESTÕES DO ITEM 4.

 Ministério da Educação		 UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL	
SAEB E PROVA BRASIL – 2007		0427473085	
QUESTIONÁRIO ESCOLA			

1. **AVALIE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ITENS DO PRÉDIO E CLASSIFIQUE-O COMO ADEQUADO, REGULAR OU INADEQUADO.** (Marque apenas uma opção em cada linha)

ITENS	ADEQUADO	REGULAR	INADEQUADO	INEXISTENTE
1.1 Telhado	()	()	()	()
1.2 Paredes	()	()	()	()
1.3 Piso	()	()	()	()
1.4 Portas	()	()	()	()
1.5 Janelas	()	()	()	()
1.6 Banheiros	()	()	()	()
1.7 Cozinha	()	()	()	()
1.8 Instalações hidráulicas	()	()	()	()
1.9 Instalações elétricas	()	()	()	()

Adequado= bom, Regular = necessita de pequena reforma, Inadequado = necessita de grande reforma

2. **AVALIE OS SEGUINTES ASPECTOS EM RELAÇÃO ÀS SALAS DE AULA, MARCANDO SIM OU NÃO.** (Considere SIM quando mais de 50% das salas de aula apresentam o aspecto questionado.)

ITENS	SIM	NÃO
2.1 São iluminadas? (Observe se a iluminação natural ou artificial garante boa claridade nas salas.)	()	()
2.2 São arejadas?	()	()

3. **AVALIE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ABAIXO DISCRIMINADOS E CLASSIFIQUE-O COMO BOM, REGULAR OU RUIM.**

ITENS	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE
3.1 Entrada do prédio	()	()	()	()
3.2 Paredes externas	()	()	()	()
3.3 Portas	()	()	()	()
3.4 Janelas	()	()	()	()
3.5 Pátio	()	()	()	()

ITENS	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE
3.6 Corredores	()	()	()	()
3.7 Salas de aula	()	()	()	()
3.8 Banheiros	()	()	()	()
3.9 Cozinha	()	()	()	()

4. **AVALIE OS SEGUINTES ASPECTOS EM RELAÇÃO À SEGURANÇA DA ESCOLA E DOS ALUNOS, MARCANDO SIM OU NÃO.**

ITENS	SIM	NÃO
4.1 Existem muros, grades ou cercas em condições de garantir a segurança dos alunos? (Caso existam buracos ou aberturas que permitam o acesso de estranhos, responder NÃO.)	()	()
4.2 Existe controle de entrada e saída de alunos?	()	()
4.3 Existe controle de entrada de pessoas estranhas na escola?	()	()
4.4 Os portões que dão acesso à parte externa permanecem trancados durante o horário de funcionamento da escola?	()	()
4.5 Existe algum tipo de vigilância para o período diurno?	()	()
4.6 Existe algum tipo de vigilância para o período noturno?	()	()
4.7 Existe algum tipo de vigilância para finais de semana e feriados?	()	()
4.8 Há algum esquema de policiamento para inibição de furtos, roubos e outras formas de violência?	()	()
4.9 Há algum esquema de policiamento para inibição de tráfico de tóxicos/drogas dentro da escola?	()	()
4.10 Há algum esquema de policiamento para inibição de tráfico de tóxicos/drogas nas imediações da escola?	()	()
4.11 A escola tem algum sistema de proteção contra incêndio (alarme de fumaça e temperatura, extintores contra incêndio, mangueiras etc.)?	()	()
4.12 As salas onde são guardados os equipamentos mais caros (computadores, projetores, televisão, vídeo etc.) têm dispositivos para serem trancadas (cadeados, grades, travas, tranças etc.)?	()	()
4.13 A escola apresenta sinais de depreciação (vidros, portas e janelas quebrados, lâmpadas estouradas etc.)?	()	()
4.14 Existe uma boa iluminação do lado de fora da escola?	()	()
4.15 A escola adota alguma medida de segurança para proteger os alunos nas suas imediações?	()	()

5. INFORME A QUANTIDADE DE COMPUTADORES EXISTENTES NA ESCOLA EM CADA UM DOS CASOS LISTADOS ABAIXO.

ITENS	1 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	Mais de 30
5.1 Total de computadores na escola	()	()	()	()	()	()
5.2 Computadores para uso exclusivo dos alunos	()	()	()	()	()	()
5.3 Computadores com acesso à Internet para uso exclusivo dos alunos	()	()	()	()	()	()
5.4 Computadores para uso dos professores	()	()	()	()	()	()
5.5 Computadores com acesso à Internet para uso dos professores	()	()	()	()	()	()
5.6 Computadores exclusivamente para uso administrativo	()	()	()	()	()	()

3807473080

6. AVALIE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ABAIXO DESCRIMINADOS E CLASSIFIQUE-O COMO BOM, REGULAR OU RUIM.

ITENS	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE
6.1 Televisão	()	()	()	()
6.2 Antena parabólica	()	()	()	()
6.3 Videocassete	()	()	()	()
6.4 Máquina fotocopadora (Xerox)	()	()	()	()
6.5 Mimeógrafo	()	()	()	()
6.6 Projetor de slides	()	()	()	()
6.7 Retroprojektor	()	()	()	()
6.8 Máquina de datilografia	()	()	()	()
6.9 Impressora	()	()	()	()
6.10 Aparelho de som	()	()	()	()
6.11 Computador	()	()	()	()

7. AVALIE OS SEGUINTES ASPECTOS, MARCANDO SIM OU NÃO.

ITENS	SIM	NÃO
7.1 Pichação de muros ou paredes das dependências internas da escola	()	()
7.2 Pichação de muros ou paredes das dependências externas da escola	()	()
7.3 Depredação de banheiros	()	()
7.4 Depredação de dependências internas da escola	()	()
7.5 Depredação de dependências externas da escola	()	()

8. QUAL O PERCENTUAL DE ALUNOS QUE UTILIZAM A BIBLIOTECA DURANTE O MÊS? (Perguntar à pessoa responsável.)

Até 25%. De 26% a 50%. De 51% a 75%. Mais de 75%. Não há biblioteca na escola.

9. EXISTE UMA PESSOA RESPONSÁVEL PELA BIBLIOTECA (BIBLIOTECÁRIO, PROFESSOR, OUTRA PESSOA)?

Sim Não

10. OS PROFESSORES REALIZAM TRABALHOS NA BIBLIOTECA, FAZENDO USO DOS MATERIAIS DISPONÍVEIS?

Sempre ou quase sempre. De vez em quando. Nunca ou quase nunca.

11. OS ALUNOS LEVAM LIVROS PARA CASA?

Sim. Não, porque não querem. Não, porque a escola não permite.

12. OS PROFESSORES LEVAM LIVROS PARA CASA?

Sim. Não, porque não querem. Não, porque a escola não permite.

13. MEMBROS DA COMUNIDADE LEVAM LIVROS PARA CASA?

Sim. Não, porque não querem. Não, porque a escola não permite.

14. AVALIE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA MAIORIA DOS LIVROS E CLASSIFIQUE-O COMO BOM, REGULAR OU RUIM.

ITENS	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE
14.1 Livros de estudo	()	()	()	()
14.2 Livros de literatura (como romance, ficção etc.)	()	()	()	()
14.3 Revistas de informação geral (como Veja, IstoÉ, Época etc.)	()	()	()	()
14.4 Jornais	()	()	()	()
14.5 Revistas em quadrinhos	()	()	()	()

15. COMO VOCÊ AVALIA ESTA ESCOLA, CONSIDERANDO SUA INFRA-ESTRUTURA E CONDIÇÕES GERAIS DE FUNCIONAMENTO?

Péssima. Ruim. Razoável Boa Ótima

DEVE SER PREENCHIDO SOMENTE PELO APLICADOR

Escola inexistente Escola inativa por outra causa
 Escola recusa-se a participar Escola extinta
 Escola inativa por reforma Outros motivos que impediram a aplicação do questionário

ANEXO C – TABULAÇÃO DE DADOS DO INEP

DADOS QUESTIONÁRIO/PROFESSOR

Questionário Professor				Norte	Nordeste	Cto.Oeste	Sudeste	Sul
Questões	SJP	PR	BR	PA	BA	MT	SP	RS
Problemas disciplinares causados por alunos								
Não grave	55,07%	57,67%	56,47%	57,28%	55,87%	59,92%	57,06%	58,48%
Grave	22,61%	17,79%	16,66%	13,93%	16,05%	15,79%	17,14%	18,70%
Total	77,68%	75,46%	73,13%	71,21%	71,92%	75,71%	74,20%	77,18%
Agressão verbal a professores								
Aluno	61,16%	62,95%	57,30%	43,97%	53,75%	59,61%	62,03%	64,33%
Professor	8,70%	8,87%	7,91%	7,58%	8,11%	10,95%	6,15%	10,37%
Funcionário	9,57%	5,90%	5,63%	6,84%	6,10%	5,82%	4,88%	5,62%
Agressão física a professores								
Aluno	10,43%	12,22%	10,27%	6,69%	9,30%	9,63%	12,88%	9,55%
Professor	0,58%	1,48%	1,41%	1,76%	1,69%	1,59%	1,16%	1,13%
Funcionário	1,16%	1,05%	0,96%	1,30%	1,31%	0,88%	0,78%	0,60%
Agressão verbal a alunos								
Aluno	51,59%	47,47%	44,82%	38,21%	46,48%	41,79%	48,87%	50,56%
Professor	13,33%	11,12%	9,36%	8,07%	8,25%	10,70%	8,46%	14,32%
Funcionário	11,30%	7,56%	6,66%	6,99%	6,72%	6,41%	7,01%	8,21%
Agressão física a alunos								
Aluno	52,17%	39,22%	37,68%	35,36%	40,82%	34,17%	42,64%	41,57%
Professor	2,32%	1,51%	1,43%	1,67%	1,60%	1,51%	1,11%	1,38%
Funcionário	1,45%	1,00%	1,03%	1,50%	1,44%	0,92%	0,81%	0,88%
Agressão verbal a funcionários								
Aluno	41,45%	35,24%	31,97%	24,85%	29,87%	25,42%	41,04%	26,81%
Professor	4,06%	3,24%	3,05%	4,30%	3,19%	3,50%	2,38%	2,64%
Funcionário	5,80%	4,55%	4,45%	5,86%	4,72%	4,27%	3,48%	4,03%
Agressão física a funcionários								
Aluno	8,70%	5,97%	5,59%	4,72%	6,12%	3,96%	7,67%	3,13%
Professor	1,16%	0,78%	0,72%	1,11%	1,12%	0,69%	0,47%	0,52%
Funcionário	2,03%	0,84%	0,88%	1,30%	1,20%	0,57%	0,62%	0,62%
Você foi vítima de atentado à vida?	2,03%	1,01%	1,22%	1,73%	1,64%	1,24%	1,02%	1,04%
Você foi ameaçado por algum aluno?	10,43%	8,54%	7,78%	6,34%	7,26%	7,29%	8,59%	8,63%
Você foi agredido verbalmente por algum aluno?	36,52%	37,36%	31,83%	21,18%	26,75%	34,69%	35,70%	34,78%
Você foi agredido fisicamente por algum aluno?	4,35%	2,60%	2,28%	1,77%	2,06%	2,35%	2,44%	2,15%
Você foi vítima de furto?	9,86%	7,00%	6,35%	7,28%	4,85%	6,57%	6,90%	7,35%
Você foi vítima de roubo (com uso de violência)?	2,03%	0,88%	0,93%	1,69%	0,96%	1,09%	0,82%	0,86%
Alunos frequentam suas aulas sob o efeito de álcool?	7,25%	5,88%	5,27%	4,67%	6,30%	4,84%	5,17%	4,28%
Alunos frequentam suas aulas sob o efeito de drogas?	11,30%	7,50%	6,09%	3,93%	5,22%	5,30%	7,87%	7,66%
Alunos frequentam suas aulas portando arma branca?	10,43%	5,24%	5,07%	6,64%	5,58%	5,28%	4,05%	6,32%
Alunos frequentam suas aulas portando arma de fogo?	3,48%	1,34%	1,11%	1,58%	1,40%	0,88%	0,92%	1,13%

CONTINUAÇÃO QUESTIONÁRIO/PROFESSOR

Questionário Professor									
Questões	Pinhais	Alm.Tam	Araucaria	C.Largo	Colombo	C.Gr.Sul	C.Magro	Faz.R.G	Q.Barras
Problemas disciplinares causados por alunos									
Não grave	56,22%	59,49%	49,19%	50,00%	53,74%	69,12%	39,58%	56,72%	42,86%
Grave	20,40%	18,99%	26,49%	27,08%	24,71%	5,88%	29,17%	29,10%	31,43%
Total	76,62%	78,48%	75,68%	77,08%	78,45%	75,00%	68,75%	85,82%	74,29%
Agressão verbal a professores									
Aluno	60,70%	68,35%	72,43%	65,28%	59,20%	60,29%	64,58%	68,66%	60,00%
Professor	11,44%	17,72%	8,11%	6,25%	9,48%	16,18%	6,25%	15,67%	8,57%
Funcionário	4,48%	9,49%	5,95%	2,08%	4,31%	11,76%	6,25%	12,69%	5,71%
Agressão física a professores									
Aluno	11,94%	11,39%	14,59%	12,50%	15,23%	10,29%	14,58%	11,19%	14,29%
Professor	1,00%	0,63%	2,16%	0,00%	2,59%	1,47%	0,00%	2,24%	8,57%
Funcionário	1,00%	0,63%	0,54%	0,00%	2,30%	4,41%	2,08%	4,48%	0,00%
Agressão verbal a alunos									
Aluno	45,77%	43,04%	52,97%	45,83%	42,53%	35,29%	47,92%	54,48%	40,00%
Professor	13,43%	16,46%	9,19%	13,19%	8,33%	10,29%	14,58%	24,63%	17,14%
Funcionário	4,98%	8,86%	11,89%	7,64%	8,62%	2,94%	8,33%	15,67%	17,14%
Agressão física a alunos									
Aluno	35,32%	27,85%	51,89%	40,28%	39,37%	36,76%	31,25%	48,51%	28,57%
Professor	2,99%	0,63%	0,00%	0,69%	0,00%	2,94%	10,42%	6,72%	8,57%
Funcionário	1,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,87%	1,47%	2,08%	2,99%	0,00%
Agressão verbal a funcionários									
Aluno	29,85%	36,71%	42,16%	50,00%	38,22%	22,06%	33,33%	40,30%	28,57%
Professor	7,46%	10,13%	2,16%	1,39%	3,16%	2,94%	6,25%	8,21%	0,00%
Funcionário	5,97%	8,86%	4,86%	2,78%	4,89%	10,29%	16,67%	10,45%	14,29%
Agressão física a funcionários									
Aluno	6,47%	3,80%	7,03%	10,42%	7,18%	4,41%	14,58%	10,45%	0,00%
Professor	0,50%	0,00%	3,24%	0,00%	0,57%	1,47%	0,00%	3,73%	0,00%
Funcionário	0,50%	0,00%	1,08%	0,00%	0,57%	1,47%	0,00%	4,48%	0,00%
Você foi vítima de atentado à vida?	1,00%	1,90%	0,00%	0,00%	1,44%	1,47%	6,25%	2,24%	0,00%
Você foi ameaçado por algum aluno?	16,92%	8,23%	10,81%	9,03%	7,47%	4,41%	14,58%	11,19%	8,57%
Você foi agredido verbalmente por algum aluno?	45,27%	42,41%	36,22%	35,42%	39,08%	25,00%	37,50%	38,81%	40,00%
Você foi agredido fisicamente por algum aluno?	3,98%	3,16%	3,78%	2,78%	2,30%	1,47%	2,08%	4,48%	0,00%
Você foi vítima de furto?	14,43%	8,23%	12,97%	4,86%	7,18%	4,41%	16,67%	17,91%	0,00%
Você foi vítima de roubo (com uso de violência)?	1,49%	0,63%	1,62%	0,69%	2,01%	4,41%	4,17%	2,99%	0,00%
Alunos frequentam suas aulas sob o efeito de álcool?	10,45%	13,29%	9,19%	11,11%	8,91%	8,82%	2,08%	2,24%	14,29%
Alunos frequentam suas aulas sob o efeito de drogas?	13,93%	12,03%	10,81%	11,11%	12,07%	13,24%	8,33%	3,73%	2,86%
Alunos frequentam suas aulas portando arma branca?	14,93%	6,96%	9,73%	5,56%	6,61%	11,76%	2,08%	10,45%	5,71%
Alunos frequentam suas aulas portando arma de fogo?	2,99%	2,53%	1,08%	2,08%	4,60%	2,94%	8,33%	2,99%	0,00%

DADOS QUESTIONÁRIO ESCOLA

Questionário Escolas										
Questões	Piraquara	Pinhais	Alm.Tam	Araucaria	C.Largo	Colombo	C.Gr.Sul	C.Magro	Faz.R.G	Q.Barras
Existência de muros que ofereçam segurança	69,57%	87,50%	72,97%	58,33%	70,45%	78,95%	100,00%	81,82%	69,57%	62,50%
Controle de entrada e saída de alunos	91,30%	100,00%	91,89%	86,11%	90,91%	96,49%	92,86%	100,00%	86,96%	87,50%
Controle de entrada e saída de estranhos	91,30%	93,75%	89,19%	83,33%	90,91%	87,72%	100,00%	100,00%	78,26%	87,50%
Portões externos trancados durante as aulas	82,61%	87,50%	62,16%	66,67%	81,82%	73,68%	85,71%	90,91%	65,22%	75,00%
Vigilância no período diurno	17,39%	40,63%	32,43%	25,00%	34,09%	36,84%	64,29%	45,45%	17,39%	37,50%
Vigilância no período noturno	69,57%	65,63%	64,86%	72,22%	54,55%	63,16%	71,43%	36,36%	26,09%	75,00%
Vigilância finais de semana e feriados	73,91%	84,38%	51,35%	69,44%	47,73%	59,65%	71,43%	36,36%	34,78%	87,50%
Policimento para furtos, roubos/violência	43,48%	68,75%	18,92%	58,33%	25,00%	61,40%	64,29%	18,18%	47,83%	50,00%
Policimento para trafico de drogas/escola	39,13%	50,00%	13,51%	19,44%	34,09%	45,61%	42,86%	18,18%	26,09%	37,50%
Policimento para trafico de drogas/no entorno	43,48%	53,13%	21,62%	19,44%	27,27%	45,61%	50,00%	54,55%	30,43%	37,50%
Sistema de proteção contra incêndio	82,61%	93,75%	43,24%	61,11%	61,36%	73,68%	92,86%	72,73%	60,87%	87,50%
Salas com equipamentos de maior valor trancadas	73,91%	96,88%	81,08%	83,33%	63,64%	82,46%	78,57%	90,91%	82,61%	62,50%
Sinais de depredação	43,48%	21,88%	32,43%	44,44%	31,82%	38,60%	14,29%	18,18%	56,52%	37,50%
Iluminação externa adequada	65,22%	84,38%	59,46%	55,56%	68,18%	56,14%	78,57%	72,73%	60,87%	50,00%
Medidas da Escola para proteção aos alunos nas imediações	30,43%	65,63%	24,32%	33,33%	34,09%	47,37%	71,43%	72,73%	21,74%	62,50%

Questionário Escolas										
Questões	SJP	PR	BR	Norte	Nordeste	Cto.Oeste	Sudeste	Sul		
Existência de muros que ofereçam segurança	91,30%	70,45%	73,17%	66,87%	70,49%	75,37%	78,02%	65,10%		
Controle de entrada e saída de alunos	94,20%	88,33%	92,78%	87,14%	90,95%	83,05%	98,12%	91,05%		
Controle de entrada e saída de estranhos	91,30%	84,53%	89,85%	81,92%	88,54%	79,38%	95,46%	88,40%		
Portões externos trancados durante as aulas	81,16%	68,68%	79,72%	77,18%	84,37%	69,07%	85,21%	66,47%		
Vigilância no período diurno	24,64%	38,86%	49,81%	59,47%	64,44%	53,49%	38,28%	39,57%		
Vigilância no período noturno	44,93%	50,47%	70,59%	93,08%	62,38%	90,61%	41,56%	41,55%		
Vigilância finais de semana e feriados	49,28%	48,70%	54,65%	87,32%	48,47%	88,09%	44,61%	37,87%		
Policimento para furtos, roubos/violência	66,67%	42,58%	32,04%	17,72%	28,72%	26,92%	52,95%	28,57%		
Policimento para trafico de drogas/escola	47,83%	32,82%	22,99%	10,38%	20,22%	20,50%	36,35%	17,74%		
Policimento para trafico de drogas/no entorno	53,62%	37,60%	29,72%	15,29%	25,53%	26,69%	49,87%	22,44%		
Sistema de proteção contra incêndio	88,41%	73,90%	46,08%	11,04%	15,89%	48,68%	83,83%	85,59%		
Salas com equipamentos de maior valor trancadas	88,41%	84,56%	81,82%	72,75%	68,98%	77,09%	92,68%	89,74%		
Sinais de depredação	40,58%	30,61%	31,07%	38,11%	38,41%	31,73%	24,68%	33,05%		
Iluminação externa adequada	68,12%	66,26%	65,39%	53,82%	58,95%	62,31%	72,76%	69,10%		
Medidas da Escola para proteção aos alunos nas imediações	50,72%	44,28%	34,63%	27,31%	26,66%	35,28%	40,85%	37,84%		